

MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL: Estado, Políticas Públicas e Organização do Espaço - 1930/1980*

*Ivete Oliveira Rodrigues**
Josinaldo dos Santos**
Tereza Maria Ramos de Oliveira***

APRESENTAÇÃO

O Médio Vale do Paraíba do Sul, unidade regional inserida na região mais desenvolvida do País - o Sudeste -, pode ser repensado em diferentes perspectivas, dada a natureza distinta do dinamismo existente nos seus diversos segmentos espaciais. Neste sentido, o estudo vai centrar-se na análise de processos socioeconômicos recentes ocorridos nesta área do País e das diferenciações espaciais a eles associados.

Buscar-se-á uma focalização privilegiando o setor de atividades industriais e a dinâmica demográfica.

O trecho compreendido entre os Municípios de Jacareí (SP) e Volta Redonda (RJ), área de influência da Rodovia Presidente Dutra, e entre Volta Redonda (RJ) e Três Rios (RJ), área de influência da Rodovia Lúcio Meira (Mapa 1 - Anexo), enquanto área de concentração industrial mais intensa e eixo urbano-industrial, por excelência, do Vale do

Paraíba do Sul, será tomado como o universo de estudo.

Utilizou-se o período iniciado na década de 30 como marco histórico, por englobar os anos em que ocorreram profundas transformações na economia brasileira, deslocando-se o eixo de acumulação do setor agrário-exportador para o setor industrial que passa a ser hegemônico no padrão de acumulação capitalista no País. É a etapa da constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista no Brasil. A partir de 1930, ocorre a reelaboração das relações entre Estado, sociedade e economia. A atuação do Estado passou a ser fundamental como instância reguladora e organizadora do desenvolvimento capitalista, correspondente aos interesses de determinadas classes sociais que traduzem a sua hegemonia através de formas particulares de legitimação. Objetiva-se, assim, trabalhar o papel do Estado, diante dessa questão, dentro de uma visão histórica e tendo em vista o processo de acumulação capitalista.

O Estado, ao assumir, a partir da década de 30, o papel de agente regulador da acumulação e reprodução do capital; apresentou

* Recebido para publicação em 19 de setembro de 1991.

** Ivete de Oliveira Rodrigues, Analista Especializada em Geografia do Departamento de Agropecuária - DEAGRO - da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Josinaldo dos Santos, Analista Especializado em Geografia do Departamento de Geografia - DEGEO/IBGE; e Tereza Maria Ramos de Oliveira, Analista Especializada em Sociologia do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN/IBGE.

como um dos elementos de concretização de suas finalidades as Políticas Públicas, uma vez que foi através dos macroplanos de governo que se estabeleceram as diretrizes gerais do desenvolvimento econômico no Brasil. O modelo urbano-industrial deste desenvolvimento foi o indutor da organização socioespacial da área estudada. Neste processo, “enormes massas de população foram formadas nesse contexto, sendo obrigadas a se acomodar ao fenômeno que se poderia chamar de urbanização por expansão de periferias”¹.

Para elaboração e análise do trabalho, este foi ordenado segundo uma periodização que articula as injunções econômicas, internas e externas, e a organização político-administrativa da sociedade e suas repercussões socioespaciais, ao longo do período histórico estudado. Nesse sentido, adotou-se a seguinte periodização: o primeiro período compreende os anos de 1930 a 1954; o segundo, indo de 1955 a 1969; e, o último, de 1970 a 1980.

Três programas, dentro dos períodos propostos para análise, foram de suma importância para a conformação espacial do Médio Vale do Paraíba do Sul.

O período de 1930 a 1954 - emergência da estrutura produtiva urbano-industrial - foi marcado, inicialmente, pela Revolução de 1930, caracterizando-se, sobretudo, pelo “fim” da hegemonia agrário-exportadora e a expansão urbano-industrial. Como marco inicial, tem-se o Plano Siderúrgico Nacional, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN -, localizada no atual Município de Volta Redonda no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

No período compreendido entre 1955 e 1969 - Ação Planejadora do Estado -, deu-se a implantação de novos mecanismos de ação estatal, a emergência da Questão Agrária, além do surgimento dos impasses econômicos, políticos e sociais pré e pós-1964. O Plano de Metas constitui um exemplo concreto dos novos mecanismos de ação estatal, no setor produtivo.

O último período, compreendido entre 1970 e 1980 - o Avanço do Planejamento Centralizador de Políticas Setoriais -, teve como principal

política os investimentos maciçamente concentrados no Departamento I da economia (setor de bens de produção). Sendo assim, os Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND - I e II deram respostas a essas diretrizes².

MARCO CONCEITUAL

Para traçar uma análise das Políticas Públicas, torna-se importante buscar um ponto de apoio que sirva como base de reflexão para o entendimento da ação do Estado no Médio Vale do Paraíba, no período histórico que ora se analisa.

As Políticas Públicas não devem ser vistas como ações isoladas, mas como resultado de relações sociais e políticas globais, associadas a um padrão de desenvolvimento do capital e dominação política, cuja orientação é imprimida pelo Estado. Dessa forma, a questão das Políticas Públicas deve passar pelo entendimento da construção do Estado capitalista nacional, aliás, bastante difícil, dadas as características do Brasil como um País dependente, de passado colonial, com um processo de desenvolvimento de caráter retardatário, que teve sua formação já na fase de acumulação monopolista dos países centrais.

O perfil do Estado capitalista brasileiro começa a ser constituído no início dos anos 30, embora não se houvesse completado a metamorfose do capital agrário - Estado oligárquico - em capital industrial - Estado capitalista -, mesmo tendo ocorrido um novo padrão de acumulação - industrialização via substituição de importações³ que demarca esta nova fase, mas esse padrão ainda não era o dominante. Assim, a partir de 30, há um aprofundamento da intervenção do Estado na economia, assumindo o mesmo o papel de investidor, principalmente no setor industrial, infra-estrutural e energético e de regulamentador das relações entre capital e trabalho. A regulamentação das relações entre capital e trabalho, elementos dinâmicos preponderantes dos fenômenos da produção,

¹ MOISÉS, José Alvaro. Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais. *Revista de Cultura e Política*.

² Os Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND - I e II (1972-1985) foram elaborados no período dos governos militares visando a reformular instituições, normas, técnicas e objetivos relacionados com o mercado de capital e força de trabalho. Desse modo, houve uma nítida interferência do poder público em todos os setores do sistema econômico nacional. A esse respeito ver: IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, 1986, p.230.

³ Esse novo padrão de acumulação baseou-se no que Cardoso de Mello chama de industrialização restringida, própria de países com desenvolvimento tardio, como o caso do Brasil, que requereu uma participação decisiva do Estado, sobretudo nos anos que vão de 1933 a 1955.

está consubstanciada na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, criada em 1943, baseada na Carta del Lavoro de Mussolini. Foi um requisito para a “cooperação” entre as classes sociais em jogo - burguesia e proletariado. Nesse corpo legislativo, está presente o reflexo do Estado no mercado da força de trabalho do setor industrial, como elemento chave que garante as condições sociais para a acumulação de capital. Dessa forma, “O Estado investe, principalmente, visando condições para a reprodução e expansão do capital privado, o que provoca um enorme ônus nas condições de reprodução da força de trabalho e configura uma visível defasagem nos níveis de apropriação dos serviços públicos urbanos essenciais”⁴.

Tendo em vista esse forte caráter intervencionista na economia, os novos governantes reestruturaram o aparelho estatal criando uma burocracia no traçado das Políticas Públicas, segundo as exigências do capitalismo brasileiro na sua inserção na divisão internacional do trabalho. Assim, são cimentadas as bases para a elaboração de políticas econômicas voltadas para o novo padrão de acumulação e consolidação do capitalismo industrial. Nessa fase, “o poder público não só formula e orienta a política econômica, como também passa a executar alguns pontos dos programas de desenvolvimento”⁵.

O planejamento passa a adquirir relevo nas cogitações dos órgãos oficiais como instrumento e programa de governo e/ou Políticas Públicas, no sentido de ordenar e disciplinar as atividades produtivas em geral. Foram criados alguns órgãos⁶ que representaram a idéia da criação de um órgão central de coordenação econômica, que procuravam oferecer subsídios aos problemas com os quais se defrontavam o governo e alguns grupos econômicos importantes.

No campo da atividade empresarial, a ação governamental investe em infra-estrutura (ferrovias, navegação), mineração, indústrias básicas como o petróleo e o aço. Coube à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN⁷ - dar impulso aos investimentos privados nas atividades correlatas e derivadas da produção do aço, como nos ramos de metal-mecânica, de metais não-ferrosos e de aços especiais.

Nas dimensões do sistema econômico da época, a Companhia Siderúrgica Nacional era tida como uma empresa de grande porte, fato que permanece até hoje. Esse investimento em indústrias básicas tinha como objetivo reformular a dependência estrutural de tipo imperialista de nossa economia.

O período que vai de 1930 a 1955 caracteriza-se como sendo de transição, onde o Estado não havia assumido sua feição acabada nos termos do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, o que só veio a ocorrer na segunda metade da década de 50, com a política desenvolvimentista consubstanciada no Plano de Metas⁸.

Assim, o Plano de Metas “constitui a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada”⁹.

Foi nesse momento favorável à competição capitalista internacional que o País ingressou na fase da economia industrial avançada com o Estado assegurando a entrada da empresa estrangeira¹⁰, principalmente norte-americana, alemã e japonesa. Com isso, realizou-se uma ampla e profunda transformação no sistema econômico, onde o poder público passou a atuar visando à expansão da produção industrial, impulsionando e articulando o setor privado nacional, internacional e a empresa pública.

No campo dos investimentos públicos, estes foram dirigidos principalmente para a superação dos estrangulamentos estruturais

⁴ JACOB, Paulo. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo, 1989, pág. 5.

⁵ IANNI, Octavio. O Colapso do populismo no Brasil. Coleção Retratos do Brasil. v. 70. Rio de Janeiro, 1978.

⁶ Dentre esses órgãos, pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística. Em 24 de março de 1937, o Decreto nº 1.527 institui o Conselho Nacional de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística. Em 1938, passaram a formar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁷ Foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941. A questão da construção de uma siderúrgica nacional não emergiu nos anos 40, quando da criação de uma usina, mas já havia sido colocada nos anos 20 como um dos dilemas centrais de nossa economia. Com a emergência, na Revolução de 30, de novas classes no poder, cuja política era viabilizar o padrão de acumulação, reacendeu-se o debate em torno da criação de uma empresa estatal siderúrgica.

⁸ O Plano de Metas foi resultado de diagnósticos e objetivos econômicos sintetizados no Plano Nacional para o Desenvolvimento Econômico e em Análise e Projeções do Desenvolvimento Econômico. A tomada de decisões passou a ocorrer na esfera ministerial. Para tanto, foi criado o Conselho de Desenvolvimento pelo Decreto nº 38.744, que tinha por objetivo coordenar diversas agências governamentais para que harmonizassem suas atividades com os objetivos do referido plano. A esse respeito, ver: SKIDMORE, Thomas Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio Janeiro, 1969.

⁹ LESSA, Carlos. 15 Anos de política econômica do Brasil. São Paulo, 1981.

¹⁰ A fim de encorajar as empresas estrangeiras a trazerem equipamentos industriais para o Brasil, o Governo JK fez uso da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC -, baixada no Governo Café Filho, que as isentava da necessidade de providenciar “cobertura” cambial externa para importar maquinaria, desde que estivessem associadas a empresas brasileiras.

nas áreas de infra-estrutura, onde a iniciativa privada tinha pouco interesse em aplicar capital, uma vez que a taxa de retorno era baixa, ou seja, nos setores de transporte, mais especificamente no sistema rodoviário, e de energia elétrica. O objetivo desse tipo de investimento era o de cimentar as bases da acumulação industrial, segundo as possibilidades abertas nos anos anteriores.

O Plano de Metas enfatizava o crescimento das indústrias de base e relegava a um segundo plano a agricultura. Nesta, a ação governamental mostrava-se pouco propícia a influir no sistema de propriedade rural existente, com uma estrutura de uso da terra bastante arcaica. Algumas medidas inócuas são tomadas, como a expansão do crédito rural e a distribuição de alimentos através da construção de novos armazéns. A acumulação industrial não se fazia pela capitalização do campo¹¹, que só veio a ocorrer mais tarde, na década de 70, mas pelo alargamento do mercado interno.

Tendo em vista a priorização do setor industrial, como meta do desenvolvimento nacional, os dados registrados entre 1955 e 1961 mostram que a produção do setor cresceu em 80%, com as porcentagens mais altas registradas pela indústria do aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos e transportes (600%)¹². Esses ramos industriais aparecem mais concentrados na região do ABC paulista - berço do parque industrial brasileiro e do novo sindicalismo -, e foi somente a partir dos anos 70 que se estenderam com maior força à região de São José dos Campos, no Médio Vale do Paraíba Paulista, como se verá mais adiante. A industrialização implicou a reformulação das relações de dependência, desenvolvendo-se ainda mais "o modo capitalista de produção no Brasil, como um subsistema do sistema capitalista mundial. Em conseqüência, acentuaram-se a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira"¹³.

Como conseqüência do aprofundamento do processo de internacionalização da economia, tem-se que a ação governamental imprimiu com brutal violência o esfacelamento do

setor nacional popular, sob o qual se cristalizou, de forma autoritária, o exercício da dominação burguesa. A expressão dessa dominação se deu através da condensação de uma estrutura unificada de poder, com características burocrático-administrativas hipercentralizadoras, com um executivo forte, intervencionista, abarcando todas as esferas da vida econômica e social. Esta era a nova estrutura pertinente com a fase oligopolista-monopolista de desenvolvimento do capital. Neste sentido, no Brasil autoritário do pós-1964, as decisões passaram para dentro do Estado, onde os atores agem em nome do "grande capital". São estes atores que vão influenciar as políticas governamentais, pressionando pelas alternativas de sua preferência.

Assim, houve uma reelaboração das relações entre Estado e economia, visando sobretudo a consolidar a penetração do capital internacional. Este estilo de desenvolvimento, impetrado pela ação estatal, serviu mais às empresas transnacionais e menos à maioria da população.

A política adotada está expressa nos seguintes planos governamentais plurianuais: a) Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); b) Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976); c) Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); d) Metas e Bases para Ação Governamental (1970-1972); e) Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III.

A elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, através de um conjunto de programas especiais, deu continuidade ao processo de centralização, de formulação e controle do processo de intervenção espacial pelo setor público, que havia sido iniciado com o PIN em 1970. O PND I, ao lado do documento Metas e Bases para a Ação do Governo, foi o instrumento de viabilização do Projeto Nacional de Desenvolvimento, que tinha como objetivo nacional síntese tornar o Brasil uma grande potência; óbvio estava que o conceito de "grande potência" passava pela maior abertura do capital internacional. Portanto, essa fase caracterizou-se por uma integração cada vez mais efetiva e profunda do País no sistema capitalista mundial. Uma integração periférica, dependente, subalterna.¹⁴

¹¹ A Reforma Agrária preconizada no Governo de João Goulart e o Estatuto da Terra em 1964 nada mais foram do que tentativas de capitalizar o campo, através das médias propriedades rurais. A esse respeito ver: OLIVEIRA, Tereza Maria Ramos de. Reforma Agrária ? 1987. (datilog.)

¹² Dados extraídos de SKIDMORE, Thomas, 1969, op. cit., p.204.

¹³ IANNI, Octavio. op. cit., p.174.

¹⁴ A esse respeito ver: OLIVEIRA, Tereza Maria Ramos de. Os Caminhos do Mercado nos planos governamentais (1950-1985) 1988. (datilog.)

Não cabe aqui analisar os programas governamentais dos governos militares, mas, para a finalidade deste trabalho, somente no PND II (1975-1979), uma vez que sua estratégia era consolidar um modelo brasileiro de capitalismo industrial através das indústrias de base no País, notadamente no setor de Bens de Capital, Eletrônica e Insumos Básicos, visando sobretudo a abrir novas frentes de exportação. Essa estratégia de desenvolvimento abrangeria o Centro-sul, através da incorporação ao mercado nacional de novos setores ou regiões. Assim, a ação estatal representava uma visão política nacional, com a ampliação e integração dos mercados regionais, principalmente os do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, ao do Centro-sul do País.

Com o PND II emergiram programas especiais fundamentados em pólos como o de Fertilizantes, Eletromecânica, Siderurgia, Papel e Celulose, etc. O estímulo maior se fez no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, onde se procurou descentralizar o processo industrial, com a preservação de escalas de produção econômica.

A seguir se analisará a influência dos planos governamentais aqui tratados, no Médio Vale do Paraíba do Sul.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUDESTE BRASILEIRO

Tendo como enfoque os impactos das Políticas Públicas na organização do espaço no Médio Vale do Paraíba do Sul e, como perspectiva socioeconômico-espacial, a questão urbano-industrial, este capítulo tratará da dinâmica da industrialização na Região Sudeste, visando a contribuir para o entendimento dos processos e formas espaciais produzidos na área em estudo. Para tanto, também será considerado o processo de urbanização, uma vez que, em grande medida, a urbanização e a industrialização constituem processos interatuantes. De fato, na Região Sudeste, e particularmente no Médio Vale do Paraíba do

Sul, ambos os processos são contemporâneos e associados.

Uma das premissas básicas sobre o surgimento da indústria diz respeito ao contexto no qual se deu a sua formação. Sua origem está ligada à economia agrário-exportadora cafeeira. Neste sentido, Cardoso de Mello (1984) sentencia que: "Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capitalismo industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café) quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e transportes)."¹⁵

Apesar de ser o final do século passado considerado como o momento de nascimento do capital industrial no Brasil, este só efetiva a gestão de sua base territorial a partir da década de 30. Até então o País apresentava uma organização social, política, econômica e também em termos espaciais essencialmente rural. O espaço brasileiro aparecia desarticulado, pouco conectado entre suas diferentes partes. Diversos autores "associam essa desarticulação à idéia de arquipélago, um arquipélago econômico.(...) o País possuía uma economia nacional formada por várias economias regionais"¹⁶. Entretanto algumas mudanças já podem ser apontadas e, assim, consideradas como condições das transformações que "assumiram uma dimensão mais ampla na República Nova. (...) estas transformações foram a criação de uma indústria de substituição de bens não-duráveis, o crescimento das cidades que eram capitais de mercado regionais, a crise do café"¹⁷, entre outras.

A despeito do caráter disperso da economia, é na Região Sudeste, especificamente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se encontram os principais pontos da industrialização pioneira do País. Não sem razão, "ao iniciar-se a década de 30, São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 60% da produção industrial brasileira, logo representavam o meio urbano mais favorável à implantação de novas indústrias".¹⁸

¹⁵ CARDOSO DE MELLO, João Manoel. *Capitalismo tardio*. São Paulo, 1986, p.100.

¹⁶ SEABRA, Manoel, GOLDENSTEIN, Léa. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: FUNDAMENTOS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA, São Paulo, 1988.

¹⁷ OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, 1982, p.63.

¹⁸ SEABRA, GOLDENSTEIN, 1988, op. cit., p.53.

Uma nova etapa na história do Brasil surge a partir de 1930, quando os diferentes setores da vida nacional passam por intensas mudanças. Esse momento se caracteriza pelo “fim da hegemonia” agrário-exportadora e o início da estrutura produtiva urbano-industrial.

A agricultura desvinculada do antigo sistema agrário-exportador teve grande importância na medida em que passa a abastecer o crescente mercado urbano, visto que a reprodução da força de trabalho, principalmente no segmento da classe operária, tinha de ser feita a um custo baixíssimo para não inviabilizar o processo de acumulação capitalista.

É importante lembrar que esta fase não significou a ruptura entre o antigo e o “novo” sistema produtivo, pois os recursos necessários para o investimento no setor industrial foram conseguidos através da agricultura de exportação. Na verdade, o que se verifica é uma transição no poder econômico, uma vez que neste momento se dá a ascensão da sociedade urbano-industrial. Contudo, vigoraram ainda, como determinantes do processo de urbanização, certos mecanismos vigentes no período anterior, que não se rompem, mas a eles se acrescentam processos novos, originários da industrialização que se instaura sobre a égide do Estado Nacional. Assim sendo, tem-se desse modo uma relação dialética entre esses sistemas. Porém, a dinâmica da economia vincula-se à expansão industrial, tanto que, após a “crise de 29”, a recuperação do setor industrial ocorreu mais rapidamente que a dos demais setores da economia.

Pode-se apontar, no período em questão, que as dificuldades impostas às importações, em momentos como a “crise de 29” e a Segunda Guerra Mundial, foram responsáveis por um novo ritmo no setor industrial. Este passa a ter demanda do mercado interno, por conta das restrições no mercado externo. Este esforço representa um saldo positivo para a indústria, pois resultou na ampliação e na diversificação de diferentes ramos industriais. Como exemplo dessa ampliação, pode-se citar: a) indústria de cimento; b) indústria de pneumáticos; c) indústria química; e d) indústria siderúrgica. Em decorrência, “criam-se alguns graus de liberdade nos ramos de material de transporte, da mecânica, da metalurgia, da borracha, da química e de papel,

com concentração de sua produção sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro”¹⁹.

Como resultado, esse “esforço de substituição de importações, principalmente de produtos metálicos, responsável pelo ritmo de crescimento dos ramos de mecânica, material elétrico e de material de transporte, vai provocar significativos ‘efeitos para trás’, expandindo consideravelmente o ramo metalúrgico e o próprio processo de urbanização, principalmente ao final da primeira metade deste século, quando forçava a expansão industrial mais diretamente a ela relacionada como são os casos da produção de madeira, vidro, cerâmica e demais produtos necessários à construção civil e obras públicas”²⁰.

A segunda metade dos anos 50 (Governo de Juscelino Kubitschek - JK - 1956/60) marca profundamente a vida econômica e social do Brasil e aparece no cenário nacional como: 1) o momento de rompimento dos padrões de acumulação vigentes, até então, na economia brasileira; e 2) o estabelecimento de novos padrões no segmento produtivo de bens de produção, visto que este não tinha se firmado devido à fragilidade das bases técnicas e financeiras que vinham inviabilizando tal implantação e que não se rompem na passagem de 1920-30.

Neste momento, houve uma mudança qualitativa no controle dos mecanismos do aparelho do Estado. A partir de 1930, o Estado Nacional que se esboçava foi na realidade a expressão da aliança entre vários agrupamentos políticos representativos dos setores econômicos, atuantes no Brasil. Com o Governo de JK esta aliança se rompe. O grupo que representava o setor de produção de bens de capital e de consumo duráveis se apossa, em grande parte, do aparelho do Estado, impondo politicamente diretrizes econômicas que abertamente lhes eram favoráveis.

Na realidade, o Plano de Metas é um marco desse momento histórico como um instrumento imposto pela burguesia, que se afirmava no poder, vinculada ao setor de bens de capital e de consumo duráveis. O Plano de Metas, contudo, foi aceito por toda sociedade como sendo uma necessidade básica ao desenvolvimento nacional.

A nova dinâmica de acumulação que se estabelece a partir daí vai encontrar na indús-

¹⁹ NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista. Coleção Economia Paulista, São Paulo, SEADE, 1 (2), 1986, p.72.

²⁰ NEGRI, Barjas, 1986, op.cit., p.76.

tria pesada sua maior manifestação. As bases materiais disponíveis à sociedade brasileira ampliam, a partir desse momento, os traços de modernidade, com sua maior expressão espacial se instalando no setor urbano-industrial, notadamente no eixo Rio-São Paulo, de forma mais significativa no próprio Estado de São Paulo, criando-se uma enorme complexidade no trabalho social, que se reflete de forma nítida nos espaços urbanos, e induzindo um novo padrão de urbanização, via industrialização pesada. Como consequência, reordena-se a estrutura produtiva e redefine-se a dinâmica da divisão territorial do trabalho.

O Estado teve uma participação efetiva diante desse momento com a implantação do Plano de Metas, que priorizou investimentos em bens de produção, impulsionando não só mudanças econômicas e políticas, mas, principalmente, promovendo a implantação de novos organismos e empreendimentos, além de intervir no processo pela via fiscal. Desse modo, nessa fase, o Estado, por assumir o papel de empresário investindo recursos fiscais no Departamento I da economia, viabilizou a instalação de empresas nos ramos industriais de ponta do ciclo em implementação. O atual BNDES como órgão do aparelho de Estado teve papel importante nesse processo²¹.

A transformação da estrutura produtiva industrial ocorreu naquele espaço, onde já se encontravam "as condições de desenvolvimento urbano-industrial prévia que lhe permitiram renovar-se com rapidez demandada pelo crescimento acelerado ("50 anos em 5", como pregava a ideologia desenvolvimentista"). Por isso acabou atraindo o essencial das unidades fabris ligadas aos novos ramos da economia brasileira. Nesse sentido, essa região - Região Sudeste - continuou a ser, e agora de modo mais intenso e qualitativo, a indutora da redefinição territorial do trabalho"²².

Nos anos mais recentes, especificamente a partir de 1960, quando a acumulação capitalista industrial tornou-se mais acelerada, as

idades "são crescentemente mais importantes como centro dinâmico da produção e acumulação, como também símbolo ideológico de desenvolvimento"²³. Conforme aponta Davidovich (1984), "muito já se tem escrito e falado sobre o papel do Estado na condução de um modelo de crescimento econômico e de modernização acelerada num país do terceiro mundo, como o Brasil. Modelo esse que incentivou a indústria como principal base produtiva, que se apoiou na expansão do aparato tecnoburocrático e militar como esteio da maximização do poder, e na urbanização como estratégia e suporte material de tal processo"²⁴. Desta maneira, os diversos aspectos da espacialidade da urbanização estão vinculados, de modo bem estreito, à intervenção estatal. Pode-se considerar os anos 60 como o momento em que as Políticas de Governo assumem uma dimensão espacial, vinculada à questão das crescentes disparidades regionais, como também ao acelerado processo de concentração urbana. A ação Estado/espaço urbano se dará por dois tipos de escalas. A primeira trata de "políticas de caráter intra-urbano ou políticas urbanas que se referem à cidade, a seu aparelhamento como *locus* de acumulação e de reprodução das relações capitalistas". O segundo "volta-se para políticas de caráter interurbano, compreendendo diretrizes referidas à organização urbana nacional, como base de organização do próprio território do país"²⁵.

Em nenhum momento de nossa história, foram marcadamente expressos e tiveram substanciais efeitos os mecanismos de distribuição territorial do capital e do trabalho, em nosso espaço.

Os anos 70 vão marcar uma acelerada descentralização industrial - que não deixa de ser também concentrada -, tendo profundas repercussões no processo de urbanização. Nas áreas em que esses processos ocorrem de forma contundente, verifica-se uma estrutura social cada vez mais complexa e ao mesmo tempo dinâmica, com grande incre-

²¹ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - foi criado em 1952, no 2º período do Governo Vargas, para dar suporte técnico, financeiro e administrativo aos empreendimentos básicos na área de transporte, energia, armazenagem, indústrias básicas e outros. A esse respeito, ver: IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, 1986.

²² SEABRA, GOLDENSTEIN, 1988, op. cit., p. 57.

²³ SMOLKA, Martin Oscar. Estruturação intra-urbana e desenvolvimento industrial capitalista. Cadernos PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1 (1), 1986, p. 78.

²⁴ DAVIDOVICH, Fany. Transformações do quadro urbano brasileiro : período 1970 -1980. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 49(4), 1987, p. 8.

²⁵ DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. Repensando o Brasil pós-60: As mudanças na dinâmica urbano-industrial e suas perspectivas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1984, nº 13, p. 16.

mento e diversificação no setor terciário moderno. Houve grandes transformações em setores como o de comércio de mercadorias, onde novas formas de comercialização e consumo impuseram novos hábitos, destacando-se de forma significativa a presença e expansão do setor de supermercados. Ampliaram-se, também, as atividades sociais e as atividades ligadas ao setor público.

Como eixo central, estão as metas econômicas do Plano Nacional de Desenvolvimento II. Estas pretendiam “concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; e de expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas e autarquias estatais, sobretudo nos setores de energia, transporte e telecomunicações”²⁶.

A Industrialização no Médio Vale do Paraíba do Sul e sua Expressão Espacial

A industrialização no Médio Vale do Paraíba do Sul

Nesta parte, o relatório contém uma avaliação do processo industrial na área do Médio Vale do Paraíba do Sul, nos anos entre 1930 e 1980, período bem abrangente no qual a industrialização passa por profundas modificações. Como preocupação fundamental tem-se que verificar as transformações espaciais, ao longo desta fase, no quadro industrial da área em questão.

O trabalho foi desenvolvido com base nos dados dos Censos Industriais de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, tendo como unidade de observação os municípios do Médio Vale.

Procurou-se através da descrição da distribuição espacial do Valor da Transformação Industrial - VTI - avaliar formas de organização espacial. A importância desta análise refere-se ao fato de que esta variável está diretamente associada às transformações no quadro industrial do País, que se refletem na área estudada.

A tabulação da distribuição do VTI teve duas funções. A primeira utiliza a série histórica de 1940 a 1980, tendo por objetivo dar uma visão geral e, ao mesmo tempo, apreender algumas especificidades da distribuição espacial do VTI. A segunda função foi a de contribuir na seleção de alguns municípios. Este corte espacial indicou o conjunto de municípios que produziram aproximadamente 60% do VTI regional, a cada ano (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980) para serem objeto de uma análise mais detalhada. Assim, tem-se a seleção de sete municípios, tidos como representantes mais significativos do processo de industrialização, na área em estudo. Estes são:

a) 1940: Taubaté (13,78%); Barra do Piraí (11,47%); Três Rios (11,26%); Barra Mansa (10,83%); e São José dos Campos (9,55%).

b) 1950: Barra Mansa (44,65%); e Taubaté (9,35%).

c) 1960: Volta Redonda (51,87%); e Barra Mansa (15,30%).

d) 1970: Volta Redonda (32,44%); São José dos Campos (24,98%); e Barra Mansa (8,91%).

e) 1980: São José dos Campos (34,55%); Volta Redonda (17,96%); Jacareí (8,39%); e Barra Mansa (4,74%).

Achou-se oportuno regionalizar estas informações. Sendo assim, o conjunto de oito municípios foi agrupado em dois subconjuntos, a saber: (1) subconjunto dos municípios do Vale do Paraíba Fluminense, formado por Barra do Piraí, Barra Mansa, Três Rios, Valença e Volta Redonda; e (2) subconjunto dos municípios do Vale do Paraíba Paulista, formado por Jacareí, São José dos Campos e Taubaté. Em relação a Barra Mansa e Volta Redonda, seus dados serão tabulados em conjunto, pois avaliaram-se estas duas unidades de observação como partes de uma mesma aglomeração.

Para os dois subconjuntos foram elaborados estatísticas por grupos industriais e/ou ramos industriais²⁷ para as variáveis: número de estabelecimentos (1960-1980), pessoal ocupado (1970-1980)²⁸ e valor da produção industrial (1960-1980).

26 TAVARES, Maria da Conceição, ASSIS, José Carlos. *O Grande salto para o caos*. Rio de Janeiro, 1986, p. 43.

27 Grupo I - indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis: mobiliário; produtos farmacêuticos e medicinais; produtos de perfumaria, sabões e velas; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecido; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica.

Grupo II - indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários: minerais não-metálicos; papel e papelão; madeira; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos de matéria plástica.

Grupo III - indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e bens de consumo duráveis: mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transportes; indústrias diversas; e recentemente as unidades de apoio e serviços industriais.

28 Os valores de Pessoal Ocupado passam a ser desagregados, por ramos industriais, a nível de município, somente a partir de 1970.

Distribuição espacial do VTI

Tomando-se como base de análise a Tabela 1, constata-se, pelas informações apresentadas, que a distribuição espacial do VTI apresenta diversos momentos, ao longo do período 1940/80. Este comportamento, sem dúvida, está relacionado a um processo dinâmico de industrialização, que ganhou grande impulso no Vale a partir da década de 50.

Certamente, pode-se precisar um importante momento de mudança na organização espacial do Médio Vale. Este corresponde ao

período entre 1940/50. Para 1940, o arranjo espacial apresenta-se difuso, caracterizando a predominância de indústrias ligadas ao atendimento, essencialmente, dos mercados locais e regionais de produtos manufaturados. Neste caso, destaca-se um número razoável de municípios, como por exemplo: Taubaté (SP), São José dos Campos (SP), Barra do Piraí (RJ), Barra Mansa (RJ), Três Rios (RJ) e Valença (RJ). Em 1950, o arranjo de ordenamento industrial assume uma outra estruturação. Considera-se esta nova forma

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - VTI - DO
MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL - 1940/80

MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (%)				
	1940	1950	1960	1970	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Aparecida	4,21	1,84	1,09	0,80	0,23
Barra do Piraí	11,47	4,10	2,10	1,90	1,41
Barra Mansa/Volta Redonda (1)	10,85	44,65	67,17	41,35	22,70
Caçapava	0,97	1,51	0,42	2,73	1,83
Cachoeira Paulista	0,85	0,18	0,09	0,08	0,16
Cruzeiro	1,62	2,84	4,13	3,31	2,82
Guaratinguetá	6,43	4,21	1,56	3,17	2,87
Igaratá	-	-	-	0,00	0,02
Jacareí	5,13	2,36	2,69	6,06	8,39
Lavrinhas	-	0,13	0,00	0,05	0,10
Lorena	0,18	1,19	1,07	1,61	1,81
Monteiro Lobato	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Paraíba do Sul	2,85	1,42	0,60	0,33	0,15
Pindamonhangaba	5,22	2,60	0,66	1,43	5,63
Piquete	0,03	6,99	0,05	1,17	0,14
Queluz	0,30	0,07	0,01	0,02	0,22
Resende	3,31	1,10	2,05	3,09	5,01
Rio das Flores	0,06	0,15	0,05	0,01	0,00
Roseira	-	-	0,00	0,02	0,02
São José dos Campos	9,55	6,39	6,55	24,98	34,55
Santa Branca	0,11	0,17	0,13	0,35	0,58
Taubaté	13,78	9,35	5,97	5,19	7,94
Tremembé	0,39	0,35	0,08	0,11	0,46
Três Rios	11,26	2,26	1,75	0,19	2,00
Valença	6,87	3,48	0,01	0,94	0,96
Vassouras	4,48	2,55	0,36	0,19	0,08
VTI (valores absolutos)	132 442	1 523 923	23 761 034	1 974 012	170 519 990

FONTE - IBGE. Censos Industriais 1940 a 1980 - Rio de Janeiro e São Paulo.

(1) Volta Redonda obteve emancipação de Barra Mansa em 1954.

como conseqüência das novas funções assumidas pela atividade industrial, já a partir da década de 40. Este novo padrão define uma outra natureza da configuração espacial da indústria em contraponto ao amplo padrão de dispersão - a concentração. Deste modo, constata-se, no Município de Barra Mansa (RJ), a localização de um conjunto de plantas industriais que simboliza este novo ordenamento espacial, concentrando cerca de 44,65% do VTI regional.

No Médio Vale, segundo a avaliação que se pode obter a partir dos dados analisados, um outro momento importante nesta série histórica é observável em 1960. Sendo este a síntese das profundas transformações da história econômica brasileira ocorridas no período 1940/60. A Companhia Siderúrgica Nacional pode ser considerada uma das responsáveis por este quadro, já que em 1946 entrou em funcionamento. Se, para 1950, Barra Mansa/Volta Redonda concentra 44,65% do VTI regional, em 1960 este percentual cresce ainda mais, congregando 67,17% do VTI regional, consubstanciando uma importante arrancada na industrialização pesada no País.

Seguindo adiante, uma outra fase se coloca, tendo como período temporal 1960/70. Caracteriza-se sobretudo pela diversificação industrial com o fortalecimento e expansão de ramos produtivos mais complexos.

Se, por duas décadas, há um amplo predomínio, em termos de VTI regional, das indústrias ligadas ao ramo metalúrgico, a partir daqui, a composição setorial da indústria sofre um novo incremento. Prova disso é que, se para 1960 há o registro de 67,17% do VTI regional em Barra Mansa/Volta Redonda (RJ), expressando concentração espacial e amplo predomínio de um ramo industrial, em 1970 esta participação sofre uma sensível queda, ficando em 41,35% do VTI regional. Enquanto São José dos Campos (SP), ao contrário, apresenta na década de 60 um movimento ascendente: sua participação, que em 1960 representava apenas 6,55% do VTI regional, passa a atingir, em 1970, 24,98% do mesmo, refletindo a força da expansão industrial neste município.

No período 1970/80, a tendência verificada anteriormente acentua-se. Sendo assim, a participação de Barra Mansa/Volta Redonda (RJ) decai consideravelmente, passando a

representar 22,70% do VTI regional, em 1980. Em São José dos Campos (SP), consolida-se um importante parque industrial, e sua posição, em 1980, distancia-se cada vez mais da dos demais municípios, passando a representar 34,55% do VTI regional.

Estrutura setorial da indústria

Como ocorreu em todo o País, a industrialização do Médio Vale do Paraíba do Sul também tem seu início no Século XIX, com um conjunto bem modesto de estabelecimentos, relativo ao setor de consumo de não-duáveis.

A década de 20 torna-se expressiva, a industrialização neste período é marcadamente influenciada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial na economia do País, forçando-o a um ritmo maior da atividade industrial, numa clara política de substituição de importações. As conseqüências conjunturais estenderam-se por várias áreas brasileiras, entre elas o Vale do Paraíba. Como exemplo, cita-se o Município de São José dos Campos, onde "destaca-se um fato notável, que é a edição de um decreto-lei pela Prefeitura Municipal, em 1920, concedendo incentivos fiscais e oferecendo gratuitamente terrenos para instalação de indústrias, desde que com mais de 100 operários. Em 1921, atraída por tais benefícios, instala-se no município a Fábrica de Louças Santo Eugênio e em 1922 a Cerâmica Santa Lúcia (hoje Paulo Becker S/A). Em 1925 é concedida pelo município isenção de impostos por 25 anos à Tecelagem Paraíba S/A, que entra em funcionamento em 1926"²⁹.

Cabe observar que, entre as condições regionais específicas na implantação das primeiras indústrias, está a situação geográfica, ou seja, a região fica situada entre as duas principais cidades do País - São Paulo e Rio de Janeiro. Certamente, as facilidades das ligações ferroviárias e rodoviárias viabilizaram a localização de novas fábricas. Fatos como a inauguração da Via Washington Luís, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, em 1928, representaram um importante passo no processo de industrialização do Médio Vale.

Em termos gerais, após a "crise de 1929", pouco a pouco vem se recuperando a economia do País. Neste sentido, efetiva-se o comando da acumulação de capital pelo setor

²⁹ COSTA, Wanderley Messias da. *O Processo contemporâneo da industrialização*. São Paulo, USP, 1987, p. 217.

industrial. No entanto, para a área do Médio Vale, especificamente, a área paulista, ao longo desses anos, a situação pouco se alterou, ou seja, era por conta das indústrias típicas da fase pioneira da industrialização brasileira e, principalmente, de sua importância como bacia leiteira que constituía a economia regional.

No final dos anos 30, um fato merece destaque, refere-se aqui à implantação da Siderúrgica Barra Mansa e da Metalúrgica Barbará, no Município de Barra Mansa (RJ). Nos anos 40, este gênero tem o seu maior crescimento no Brasil. No Rio de Janeiro, em 1946, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN -, no atual Município de Volta Redonda, "iniciou a produção de coque siderúrgico, com o funcionamento dos altos fornos e da azequia, tendo o setor de laminações entrado em produção em 1948. Este complexo siderúrgico será o responsável pelo grande desempenho da metalurgia no interior da indústria fluminense e regional"³⁰.

Percebe-se, então, que a década de 40 tem um significado bem específico para esta área. Nela pode-se detectar uma primeira diversificação do parque industrial. Novamente, cita-se o exemplo de São José dos Campos, que neste período registra "a instalação de quatro fábricas, sendo uma do ramo minerais não-metálicos (cerâmica Weiss S/A), uma química (Rhodia Indústria Química e Têxteis S/A) e duas de produtos alimentares (Fábrica de Produtos Alimentares Vigor S/A e Incocofí - Indústria e Comércio de Café Ltda.). A instalação de uma grande indústria química (setor intermediário) inicia o processo de diversificação da estrutura industrial (esta indústria dedicou-se à produção de fios sintéticos - rayon). Nessa década registra-se, ainda, um fato bastante expressivo para o município, e que influirá decisivamente para o futuro industrial do mesmo, que é o início das obras do Centro Técnico de Aeronáutica - CTA -, em 1947, em terreno doado pela Prefeitura e pelo Estado"³¹.

Conforme assinala Muller (1969), no processo industrializante do Vale do Paraíba "influuiu vigorosamente, mais do que nunca, a posição geográfica da região e sua acessibi-

lidade em relação ao Rio de Janeiro e a São Paulo; considera-se ainda, como elemento de grande importância na industrialização do Vale do Paraíba Paulista, a instalação, em Volta Redonda, da Cia. Siderúrgica Nacional. Usufruindo da vantagem de ligações fáceis e rápidas com os dois maiores centros industrializados do País que, ao mesmo tempo, são também grandes centros consumidores, contando com o grande elemento de acumulação que é a proximidade de Volta Redonda, a região está fadada a uma industrialização acelerada e reformulada"³².

Outros fatores são arrolados pela autora como, também, importantes no favorecimento à industrialização, nesta área. Como por exemplo: a) presença de amplos terrenos industriais, por baixo preço; b) mão-de-obra com níveis salariais baixo; c) facilidade de energia; e d) isenções de impostos municipais, entre outras.

Os anos 50 têm grande significado para a economia do País. A partir de 1956 pode-se "falar em intensificação da industrialização brasileira, uma vez que se realiza um montante significativo de investimentos apoiados na entrada de capitais externos e no investimento estatal, instalando-se um amplo conjunto de plantas produtoras de bens de capital, intermediários e de consumo durável"³³.

Para o Médio Vale, a década de 50 constituiu num marco significativo, isto devido a:

- a) construção da Rodovia Presidente Dutra;
- b) consolidação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial, em São José dos Campos;
- c) uma série de iniciativas industriais a nível federal, voltadas para os setores básicos da economia industrial; e
- d) consolidação da política econômica que decidiu o desenvolvimento econômico recente do Brasil - Plano de Metas.

Um adendo sobre a posição geográfica faz-se necessário, pois "não resta dúvida que a moderna industrialização do Vale do Paraíba está diretamente condicionada pelo extraordinário crescimento do parque fabril da área industrial paulistana que, como num extravasamento, prolongou-se por esta região,

³⁰ MELLO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização fluminense - 1930/1980. Revista Rio de Janeiro, Niterói, UFF, 1 (3), 1986, p. 115.

³¹ COSTA, Wanderley Messias da, 1987, op. cit., p. 75.

³² MULLER, Nice Lecocq. Industrialização do Vale do Paraíba. *Geografia das Indústrias*. São Paulo, USP, 1969, p. 6.

³³ NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista. Coleção Economia Paulista, 1986, p. 88.

tão próxima e acessível". Este extravasamento prende-se a vários fatores, entre eles:

1) "aproveitamento de matérias-primas locais ou de produtos da atividade agropecuária regional: são os estabelecimentos de pasteurização e frigorificação do leite, de produção do leite em pó e condensado, de farinhas lácteas, de conservas vegetais, de preparo de carne congelada e em conserva, de produtos de sola e raspa, de fabricação de aguardente de cana;

2) possibilidade de implantação de indústrias desenvolvendo linhas de produção complementares às indústrias paulistas: são os estabelecimentos ligados à produção de peças, acessórios e equipamentos para automóveis, de celulose, de borracha beneficiada, de fios sintéticos, de plastificantes e tintas; e 3) a proximidade de Volta Redonda favorecendo a implantação de indústrias dela dependentes para obtenção de matéria-prima: são os estabelecimentos ligados à indústria metalúrgica, mecânica e química"³⁴.

A partir deste momento, houve uma acentuação no ritmo da industrialização, marcada pela instalação de um número considerável de indústrias de grande porte.

A inauguração da Via Dutra, no início dos anos 50, ligando as duas maiores cidades do País, trouxe um grande impulso ao processo industrial no Médio Vale. Isto se verifica na composição setorial da indústria. Esta come-

ça a apresentar visíveis alterações. Isto porque tem início a perda relativa de importância das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis, mantendo, no entanto, até 1970, a condição de mais importante grupo industrial. Entretanto, passam a ter participação mais efetiva o ramo da química e o de material de transporte, evidenciando, desta forma, uma diversificação setorial da indústria, no Médio Vale Paulista³⁵.

Para o Médio Vale Fluminense, o pólo siderúrgico, no Vale do Paraíba Fluminense, já demonstra seu franco desenvolvimento. Para tal, observando-se a Tabela 2, percebe-se a expressiva participação do complexo siderúrgico no total estadual. Os Municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, juntos, respondem por cerca de 10,6% do valor da produção industrial estadual, em 1955. Já o Município de Três Rios, pertencente à Microrregião Três Rios, conforme assinala Considers e Mello (1986), é considerado "área de expansão, no final dos anos 50, dos investimentos industriais, pelas finalidades de escoamento da produção, pois se encontra ao longo dos eixos rodoviários que ligam Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. É o antigo sistema de transporte orientado para a exportação servindo como elemento de base para a nova produção - a industrial - da região"³⁶.

No Vale do Paraíba Paulista, em recentes pesquisas elaboradas pela Fundação Siste-

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS
DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE - RIO DE JANEIRO - 1954/55

MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	
	1954	1955
TOTAL	100,00	100,00
Barra Mansa/Volta Redonda	8,3	10,6
Barra do Pirai	0,3	0,3
Valença	0,3	0,3
Três Rios	0,6	0,4
VTI do Estado (Valores Absolutos)	52 860 000	65 147 000

FONTE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Industrial*. In: CONSÍDERA, Cláudio Monteiro e MELLO, Hildete Pereira de, op. cit., p. 117.

³⁴ MULLER, Nice Lecocq, 1969, op. cit., p. 7.

³⁵ Nesta parte, o relatório baseou-se nas informações coletadas em trabalho desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. Estas informações fazem parte da coleção *Economia Paulista*, em volume correspondente à Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). Cabe observar que entre as áreas paulistas constantes na pesquisa está o Vale do Paraíba, porém ressalva-se que a área em questão, no trabalho do SEADE, tem uma amplitude regional maior. Entretanto, para o processo econômico, leia-se industrialização, os resultados se aproximam da área do Médio Vale Paulista, do presente trabalho.

³⁶ MELLO, Hildete Pereira de, CONSÍDERA, Cláudio Monteiro, 1986, op. cit., p. 116.

ma Estadual de Análises de Dados - SEADE -, fica demonstrado que, a partir de 1956, deu-se início a profundas transformações no seu processo de industrialização. Em primeiro lugar, ocorreu um crescimento do valor da produção industrial, em relação ao Estado de São Paulo. De maneira que “a região respondia em 1956 por apenas 2,0% do valor da produção industrial do estado, posição que mantém em 1960. A partir daí, começa aumentá-la: 3,0% em 1970, para 4,6% em 1975 e para 5,9% em 1980, quase duplicando sua participação em dez anos”. Em termos de “estrutura industrial em 1956 era a seguinte: Grupo I, com 69,0%; Grupo II, com 25,7%; e Grupo III, com 5,7%. No Grupo I as duas mais importantes indústrias eram a alimentícia com 36,4% e a têxtil com 28,3%, que juntas respondiam por 64,7% da produção regional”³⁷.

Na década de 70, registram-se as mudanças mais substanciais, pois se verifica um forte movimento ascendente da industrialização moderna, de forma que “a estrutura industrial da região passa por profundas modificações que provocam violenta diminuição no peso relativo das indústrias do Grupo I e expansão nos ramos industriais mais complexos”³⁸. Conforme atestam os dados da SEADE, nesta época “os três grupos industriais equilibraram suas participações: Grupo I com 34,5%, Grupo II com 31,6% e Grupo III com 33,9%, provocando inversão na ordem de importância dos ramos na região. Agora os mais importantes são, pela ordem: material de transportes com 19,7%, química com 15,4%, alimentos com 13,2% e têxtil com 12,1%, respondendo em conjunto por 54,4% do valor de produção regional”³⁹.

Já em 1980, a estrutura industrial regional tinha a seguinte distribuição: Grupo I com 13,5%, Grupo II com 46,5% e Grupo III com 40,4%.

Para chegar ao resultado acima, o caminho percorrido foi o de transformar o Vale do Paraíba Paulista em um importante espaço de produção. Para tanto, o ramo químico ganhou destaque especial em função da implantação da refinaria Henrique Lage da PETROBRÁS em São José dos Campos nos anos 70, constituindo fator de atração de outros segmentos do ramo químico

(usuário da produção da refinaria), além de muitas outras plantas instaladas nos últimos 20 anos, ao longo da Via Dutra. Essa indústria passa a responder, em 1980, por 28,5% da produção industrial regional e por 9,4% da produção química do estado. Entre as mais importantes indústrias químicas da região destacam-se, além da refinaria da PETROBRÁS, a Rhodia, em São José dos Campos, e a Henckel e Monsanto, em Jacareí.

O ramo de material de transporte ganhou notoriedade, nos anos 70, em virtude da implantação de subsidiárias das importantes montadoras da região do ABC, como foram a General Motors em São José dos Campos e a Ford e Volkswagen em Taubaté. Acrescenta-se ainda a instalação de uma indústria de material ferroviário - Mafersa -, em Caçapava, além da iniciativa do Governo Federal de implantar em São José dos Campos um importante complexo produtor de aviões de uso civil e militar - a EMBRAER. “Assim, além de tornar-se importante ramo industrial regional, abaixo apenas da indústria química, o Vale do Paraíba passou a concentrar em 1980 mais de 10% da produção de material de transportes de São Paulo”⁴⁰. Segundo a pesquisa, grande parte das fábricas instaladas na região é subsidiária de empresas que “operam na região metropolitana, em sua maioria de procedência estrangeira”⁴¹. Ainda é mencionado, no trabalho da SEADE, o Vale do Paraíba Paulista como um “importante centro de desenvolvimento de tecnologia militar e aeroespacial, com cinco importantes institutos de pesquisa no Município de São José dos Campos e com grandes empresas nos segmentos aeronáuticos, aeroespacial e de armamento - EMBRAER, AVIBRÁS e ENGESA”⁴².

Para melhor compreender a espacialização da indústria, no Médio Vale do Paraíba, recorreu-se às informações censitárias relativas ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Esta avaliação torna-se expressiva como indicativo de algumas importantes alterações no quadro industrial, para as áreas do Vale do Paraíba Paulista e do Vale do Paraíba Fluminense. A composição das áreas foi estabelecida com a totaliza-

³⁷ NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista. Coleção Economia Paulista, 1986, p.103

³⁸ Id. *ibid.*, p. 104.

³⁹ Id. *ibid.*, p. 103.

⁴⁰ NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista. Coleção Economia Paulista, 1986, p. 103.

⁴¹ Id. *ibid.*, p. 104.

⁴² Id. *ibid.*, p.105.

ção dos dados referentes aos municípios selecionados.

Segundo os dados levantados, pode-se observar na Tabela 3 que as indústrias do Grupo I, chamadas tradicionais, vão perdendo gradativamente sua importância, visto que sua participação relativa decai. Este comportamento é observado para as duas áreas. Porém, o Vale Paulista apresenta uma variação mais acentuada, pois, para 1960, este grupo tem um percentual de participação de cerca de 61,75%, enquanto, em 1980, esta taxa atinge apenas 36,94%.

Outro dado significativo refere-se ao Grupo II. Na área Fluminense, entre 1960 e 1970, há uma significativa perda relativa. A relevância desta alteração reside no fato de ser neste grupo encontrado um dos ramos industriais mais importante da economia regional - a metalurgia. "Esta perda deve-se ao grande crescimento dos pólos siderúrgicos de São Paulo e Minas Gerais"⁴³.

Pode-se observar que houve um gradativo crescimento das indústrias do Grupo III, as chamadas modernas. Aqui o Vale Paulista apresenta os maiores ganhos. Este avanço das indústrias do Grupo III revela uma importante inversão na ordem de importância dos ramos industriais da região. Em 1980, no Vale Paulista, ao contrário do que ocorre no Fluminense, os três grupos industriais têm sua participação, em número de estabelecimentos, em situação de equilíbrio. Fato diverso da situação encontrada em 1960, quando as indústrias do Grupo I participavam com cerca de 61,75%, na econo-

mia regional. Em 20 anos, toda a estrutura setorial, nesta área, foi alterada. Neste período, a variação relativa do Grupo I é de 40,18%. Já a variação relativa do Grupo III é de 470,46%.

Quanto às informações sobre o pessoal ocupado, um comportamento distinto também é observado. Os três ramos industriais, no Vale Fluminense, que empregavam o maior percentual de pessoas, em 1970, são, pela ordem: metalurgia com 34,60%, mecânica com 25,16% e produtos alimentares com 13,86%, significando em conjunto 73,62% do total dos municípios selecionados. Em 1980, foram mantidos os mesmos ramos industriais, que passam a representar em conjunto 60,15%, deste total. Já outra alteração importante pode ser ressaltada no Vale do Paraíba Paulista, tomando-se como base os três municípios selecionados. Os três ramos industriais com os maiores percentuais de pessoas ocupadas, em 1970, são, pela ordem: têxtil com 24,99%, material de transporte com 18,54% e química com 10,98%, totalizando em conjunto 54,51%. Em 1980, uma nova composição foi estabelecida, ficando assim pela ordem: material de transporte com 17,99%, mecânica com 15,12% e têxtil com 11,27%, representando, em conjunto, 44,38% dos municípios selecionados do Médio Vale do Paraíba Paulista.

Os resultados mais significativos, vistos em termos de grupos industriais, são os seguintes: - no Vale Fluminense, registra-se, também, queda nos valores relativos para o Grupo II, ou seja, em 1970, totalizava 49,63%, enquan-

TABELA 3
NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE
E DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA,
SEGUNDO GRUPOS INDUSTRIAIS - 1960/80

GRUPOS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS					
	Vale Fluminense			Vale Paulista		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Grupo I	56,83	54,84	45,79	61,75	45,82	36,94
Grupo II	40,95	33,64	35,68	32,63	35,19	31,00
Grupo III	2,22	11,52	18,53	5,62	18,99	32,06
Total de Estabelecimentos	315	434	653	285	574	758

FONTE - IBGE. Censos Industriais - 1960 a 1980 - Rio de Janeiro e São Paulo.

⁴³ MELLO, Hildete Pereira de, CONSÍDERA, Cláudio Monteiro, 1986, op. cit., p. 117.

TABELA 4
PESSOAL OCUPADO NA ÁREA DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA, SEGUNDO GRUPOS E RAMOS INDUSTRIAIS - 1970 E 1980

GRUPOS E RAMOS INDUSTRIAIS	PESSOAL OCUPADO (%)			
	Vale Fluminense		Vale Paulista	
	1970	1980	1970	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
Grupo I				
Têxtil	6,68	8,98	24,99	11,27
Vestuário	-	2,23	9,89	6,12
Produtos alimentares	13,86	11,14	4,48	2,84
Grupo II				
Minerais não-metálicos	9,61	6,87	4,53	2,97
Metalurgia	34,60	32,24	7,38	8,03
Química	5,42	4,29	10,98	4,51
Grupo III				
Mecânica	25,16	17,13	5,45	15,12
Material elétrico	0,23	0,23	4,36	8,69
Material de transporte	1,54	2,97	18,54	17,99
Diversos	1,00	0,14	3,64	3,25
Outros	1,90	13,78	5,76	19,21
Pessoal Ocupado	21 162	39 006	29 465	72 399

FONTE - IBGE. Censos Industriais - 1970 e 1980 - Rio de Janeiro e São Paulo.

NOTA - O dado não existe.

to em 1980, baixa este índice para 43,40% do pessoal ocupado.

- no Vale Paulista, confirma-se a importância que o Grupo III, indústrias modernas, assumira. Em 1970, detinha 31,99%. Em 1980, passa a registrar 45,05%. Já para o Grupo I, indústrias tradicionais, o movimento é inverso, pois, em 1970, as mesmas registravam 39,36%, enquanto, em 1980, sua participação relativa decaiu, passando a ser 20,23%, do total na área em questão.

O Vale do Paraíba Fluminense, apesar de deter uma importante participação relativa no VTI estadual, reduziu significativamente sua posição. Em 1960 detinha 43,35% e em 1980 era o responsável por apenas 11,04%. Já os municípios selecionados da área do Médio Vale do Paraíba Paulista - São José dos Campos, Taubaté e Jacareí - aumentaram sua participação relativa no VTI estadual, em 1960 produzem 1,20% e, em 1980, seu peso relativo passou a ser 4,13%.

O processo de expansão urbano-industrial: o caso do Médio Vale do Paraíba Paulista

Tomou-se, para fins de análise do processo de urbanização, o corte espacial do Médio

Vale do Paraíba Paulista, por ser esta a área, dentre as demais, que passou por mais intensa estruturação socioespacial, onde a porção mais próxima à capital paulista teve todo o suporte de significativas economias urbanas. Assim, no Médio Vale do Paraíba em São Paulo, aparece um mundo urbano crescentemente diferenciado, tanto pela estrutura interna de seus diferentes centros urbanos, como pelo papel desses centros na própria rede urbana regional. Os efeitos e implicações deste novo quadro serão variáveis no tempo e no espaço.

a - os antecedentes a 1930

O Médio Vale do Paraíba Paulista situou-se como sendo uma região cuja a rede urbana se ordenava ao longo do eixo de passagem entre São Paulo e o Rio de Janeiro e onde, por esta razão, se desenvolveram com relativa equidistância diversos centros urbanos.

A ampliação do quadro urbano nesta área, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914/18), é fruto do incremento da atividade industrial têxtil, que se distribuía basicamente nos Municípios de Taubaté, Guaratingue-

tá, São José dos Campos e Jacareí, além de estabelecimentos de transformação de minerais não-metálicos, indústrias de madeiras, de beneficiamento de produtos agropecuários - especialmente indústria de laticínios -, que se amplia para atender, na maior parte, ao crescente mercado da cidade de São Paulo.

O aparecimento das indústrias substitutivas, neste momento, desenvolve-se como uma alternativa para a capacidade ociosa concentrada nas mãos de antigos cafeicultores e produtores agropecuários, criando dessa forma alternativas para substituição de importações e uma saída de novas formas de produção econômica.

À medida que ocorre a expansão do processo de industrialização, se dá o avanço da urbanização e, conseqüentemente, o Médio Vale do Paraíba Paulista deixa de ter sua produção associada primordialmente ao setor primário, para vincular-se aos setores secundário e terciário. A dinâmica industrial e a urbanização, impulsionadas por fatores que agiram com certa intensidade, mas de forma diferenciada, resultaram em diversos processos de desenvolvimento dos centros urbanos do Médio Vale do Paraíba no Estado de São Paulo. Com a migração campo-cidade, que se esboçava desde a época do café e se intensifica a partir daí, as cidades não apenas aumentaram sua população, como também expandiram seus espaços físicos. Ao evoluírem, elas se modificaram, perdendo suas características anteriores de cidades coloniais, para se situarem em novos patamares de desenvolvimento.

Dessa maneira, os novos papéis adquiridos vão interferir diretamente na relação sociedade/espaço, mediadas, até este momento, pelo Estado Província e, a partir de 1930, pelo Estado Nacional, através de diversas medidas e ações de "Políticas Públicas". Assim, com o surgimento de diversas unidades industriais, ampliam-se a rede de transportes, a rede de esgotos e abastecimento de água, a rede elétrica e outras, que são importantes para o processo de industrialização, além de ocorrer expressiva mudança nos hábitos culturais da população e

novas relações de trabalho importantes para o processo de acumulação⁴⁴.

No final dos anos 20, o Médio Vale do Paraíba Paulista, mesmo tendo uma participação que podia ser considerada significativa dentro da indústria no Estado de São Paulo, principalmente nos ramos têxtil e de alimentos (derivados do leite), assistia a uma crescente diminuição de sua população como um todo, graças especificamente ao escasso dinamismo que tinha sua atividade primária. Mesmo assim, esse período apresenta profundas transformações na divisão interna do trabalho, que vai significar para o Médio Vale do Paraíba Paulista a fase de implantação de um novo processo de urbanização, agora já baseado nos alicerces da acumulação industrial⁴⁵.

Para finalizar, é preciso lembrar que até o final da década de 20, o País não contava, apesar da implantação industrial efetuada, com um suporte técnico e financeiro capaz de propiciar, de forma mais consistente, o desenvolvimento industrial que se concretiza a partir dos anos 30, refletindo-se, de forma significativa, no espaço urbano do Médio Vale do Paraíba Paulista.

b - a urbanização no período 1930 a 1980

O caráter dinâmico dos anos 30 a 50, em que se desenvolvem novos ramos industriais, faz avançar a divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo, propiciando a passagem para uma industrialização pesada em momento posterior (Governo Juscelino Kubitschek), em seu território.

Entretanto, essa passagem se faz presente no Médio Vale do Paraíba Paulista de forma ainda lenta, visto que essa área não apoiava-se na agricultura já bastante modernizada e diversificada que, neste momento, se apresentava em outras regiões do interior de São Paulo, como sendo um forte instrumento de urbanização e de implantação industrial, como, por exemplo, a agroindústria nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Ao contrário dessas regiões, o Médio Vale do Paraíba Paulista teve ao longo desse período seu processo de deca-

⁴⁴ O trabalho assalariado assume importância fundamental nas relações de produção capitalista, já que anteriormente com a manutenção da escravatura impedia-se o crescimento do mercado interno, prejudicando o aparecimento de novos ramos de produção, não gerando assim *mais valor*.

⁴⁵ Ao final da década de 20 estava criado no Médio Vale do Paraíba Paulista o cerne de sua rede urbana, definida já nos moldes da divisão interna e externa do trabalho, fruto da acumulação do período cafeeiro.

dência na agricultura acelerado e, mesmo, a atividade pecuária, que se instalara após a decadência do café, não conseguia inverter esse processo.

O período é marcado inicialmente por um ritmo ainda lento de urbanização, mas que se acelera a partir de meados da década de 50. A expansão do quadro urbano, quando tomado individualmente, não apresenta um padrão homogêneo, quer quanto ao volume, quer quanto ao ritmo de crescimento.

A indústria, ao se instalar em diferentes centros urbanos no Médio Vale do Paraíba Paulista, alterou a distribuição relativa da população dessas cidades. Isso fica bem caracterizado quando os centros industriais mais importantes, como Taubaté, São José dos Campos e Guaratinguetá, expandem sua população urbana. Tem-se, desse modo, um novo padrão de urbanização que ainda mostra seu contorno inicial, mas que avançará consideravelmente no período seguinte (1955/69), período da acumulação industrial acelerada.

A relação entre o Médio Vale e o Estado de São Paulo mostra como a taxa de urbanização do primeiro sempre se apresentou superior no período 1940/50, o que fica evidenciado com os dados da Tabela 5.

O nível de diferença, que a tabela apresenta em percentual, a favor do Médio Vale do Paraíba Paulista mostra que sua população rural diminuiu em relação à do estado, deixando assim sua taxa de urbanização sempre superior, apesar da pequena margem. Em 1940, a diferença entre uma área e outra aproxima-se de 10%, marcando um período em que há ainda intensa ocupação em novas áreas no estado e, ao mesmo tempo, saídas de levas de população rural do Médio Vale para essas novas áreas e, principalmente, para sua própria área urbana.

Analisando-se os Mapas 2 e 3, em anexo (Taxa de Urbanização - 1940 e 1950), observa-se mudanças significativas no quadro urbano do Médio Vale. Confrontando-se os anos de 1940 e 1950, verifica-se o aumento do número de municípios cujas taxas se encontram acima da média do próprio Médio Vale do Paraíba Paulista. Um exemplo significativo é São José dos Campos. Nesse período, este município já começa a despontar como centro industrial devido, entre outros fatores, a sua proximidade da "Grande São Paulo" e à disponibilidade de áreas para instalações industriais. Em 1940, para uma taxa média de urbanização do estado de 52,30%, o referido município situou-se em 39,90%, portanto bem abaixo da média. Entretanto, em 1950, a taxa média de urbanização estadual alcançou 57,59%, ficando São José dos Campos com o percentual de 59,36%. Apresentando, este município, a mudança mais significativa, em termos percentuais, do Médio Vale Paulista.

Em 1950, a taxa de urbanização já era tão intensa que, dos 16 centros urbanos, 11 estavam com taxas acima da média dentro do Médio Vale. Destacam-se São José dos Campos, Lorena, Cruzeiro, Piquete, Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté. Sendo que este último se mantinha como principal centro urbano/regional, posição que perde a partir do início dos anos 60. A Tabela 6, que mostra o índice de crescimento dos principais centros urbanos, vem confirmar tal situação. Cabe salientar que Aparecida se desenvolveu basicamente como centro religioso, portanto ligado às atividades terciárias, e não tem um contingente de mão-de-obra operária tão significativo quanto os demais centros urbanos.

Segundo Nice Lecoq Muller, em seu trabalho sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul, nesta época, o contínuo despovoamento das áreas

TABELA 5
TAXA DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA DO MÉDIO VALE
DO PARAÍBA PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1940/80

ÁREA	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)				
	1940	1950	1960	1970	1980
Médio Vale do Paraíba Paulista	52,30	57,59	70,41	82,58	91,83
Total do Estado	44,12	52,59	68,81	80,33	88,64

FONTE - IBGE. Censos Demográficos - 1940 a 1980 - São Paulo.

TABELA 6
POPULAÇÃO DOS PRINCIPAIS
CENTROS URBANOS E VARIACÃO RELATIVA (1940 = 100%)
MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL - SÃO PAULO - 1940/80

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950	ÍNDICE DE CRESCIMENTO 1940/50 (%)	POPULAÇÃO EM 1960	ÍNDICE DE CRESCIMENTO 1940/60 (%)
Taubaté	28 309	35 960	127	65 911	233
Guaratinguetá	15 395	20 811	135	38 293	249
Cruzeiro	11 618	14 169	122	27 005	232
Lorena	10 040	16 033	160	26 068	260
São José dos Campos	14 474	26 600	184	56 882	393
Jacareí	11 987	15 251	129	28 131	238
Caçapava	7 548	10 683	142	7 987	106
Pindamonhangaba	8 642	13 397	155	20 174	233
Aparecida	5 016	9 611	192	15 290	305

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO EM 1970	ÍNDICE DE CRESCIMENTO 1940/70 (%)	POPULAÇÃO EM 1980	ÍNDICE DE CRESCIMENTO 1940/80 (%)
Taubaté	99 969	353	161 411	570
Guaratinguetá	54 862	356	72 961	474
Cruzeiro	42 362	365	55 182	475
Lorena	40 972	409	52 870	527
São José dos Campos	132 464	915	276 901	1 913
Jacareí	48 529	411	107 854	714
Caçapava	24 634	326	45 202	599
Pindamonhangaba	29 346	240	62 659	725
Aparecida	23 075	460	27 594	550

FONTE - IBGE. Censos Demográficos - 1940 a 1980 - São Paulo.

rurais do Médio Vale fez com que as cidades passassem a contar com uma disponibilidade enorme de mão-de-obra dada a retração das atividades econômicas no campo.

Essa mão-de-obra barata e fácil favoreceu, ainda mais, o desenvolvimento da indústria e fez com que se ampliassem as áreas urbanas. A industrialização se beneficiava também das facilidades de comunicações, além da proximidade dos grandes centros consumidores do País.

A composição da População Economicamente Ativa - PEA - modifica-se em detrimento de etapas anteriores. Segundo dados da Fundação SEADE, apresentados no trabalho sobre a Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, a PEA primária, nesse período, continua a diminuir, enquanto a PEA secundária avança a um multiplicador superior a

aproximadamente 1,5%, o que corresponde a quase 30 mil pessoas.

Para se ter idéia dessas mudanças, o Vale do Paraíba Paulista como um todo elevava, segundo a Fundação SEADE, sua contribuição na produção industrial do estado, de 2,8% em 1928, para 3,6% em 1937, destacando-se de forma significativa, no Médio Vale, sua indústria têxtil, além de novas indústrias, principalmente as do ramo químico.

No que corresponde ao setor terciário, esse amplia sua participação em relação ao estado, e seu crescimento se distribui de forma aproximadamente semelhante pelos Municípios de São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, visto que na região não havia um centro regional importante e de destaque de porte relativamente grande como Campinas e que atraísse para si o

maior crescimento nesse setor. Há, assim, melhor equilíbrio no crescimento do quadro urbano local. Apesar da industrialização não contar com um suporte de desenvolvimento agrícola importante, como em outras áreas do estado, continuou a avançar e a criar condições para inserir-se na nova expansão industrial a partir da fase seguinte (1955/69), com a industrialização pesada.

No Estado de São Paulo, praticamente como um todo, ocorre progressiva modernização de sua estrutura produtiva de forma significativa, no período 1955/69, transformando consideravelmente o quadro urbano e o quadro rural do estado. Esta situação tem como marco o explosivo crescimento das cidades e o acelerado processo de esvaziamento das áreas rurais.

O quadro urbano/industrial que hoje se apresenta no Médio Vale do Paraíba Paulista e que o distingue do Médio Vale do Paraíba Fluminense⁴⁶ é, pois, resultado das transformações que começaram a se esboçar até mesmo antes de 1920, mas com nítida expressão a partir de 1940 e que no período da industrialização pesada se desenvolveram com expressiva intensidade, dentro do processo de avanço da industrialização para o interior do estado.

A urbanização e a industrialização ganham nítido impulso a partir de 55, devido à privilegiada localização geográfica do Médio Vale do Paraíba Paulista, com a própria proximidade e a intensidade da industrialização da Região Metropolitana de São Paulo, associada à inauguração da nova Rodovia Rio-São Paulo (Presidente Dutra)⁴⁷, no início dos anos 50, que se articula com o vertiginoso crescimento do sistema rodoviário do Estado de São Paulo através de outros importantes eixos rodoviários, possibilitando, assim, a fácil comunicação do Médio Vale com a região do Litoral Norte, região de Campinas, Região Metropolitana de São Paulo, a Mantiqueira (SP e MG), Sul de Minas e Rio de Janeiro (Mapa 7 anexo).

Dessa maneira, acelera-se o processo de diferenciação espacial no Vale do Paraíba Paulista onde prevalece um grande crescimento das cidades servidas pela Via Dutra, enquanto as demais, fora desse eixo, perma-

necem ou ampliam a estagnação que vem desde o fim do ciclo do café na região.

Para se ter idéia da grande expansão industrial e econômica no período 1950/60, somente no Município de São José dos Campos, que desponta como grande centro urbano/industrial do Médio Vale, foram instaladas seis grandes empresas: EMBRAER e Johnson e Johnson (1952), Erikson (1954), Kanedo (1957), General Motors (1959) e Alpargatas (1960). "O aprofundamento do processo de industrialização a partir dos anos 60 redefiniu simultaneamente a relação campo/cidade e a divisão inter-regional do trabalho no Estado de São Paulo. Consolidou, ampliando-a, a concentração industrial interiorizada e provocou um adensamento da rede urbana nas regiões que se desenvolveram industrialmente, dando origem à multiplicação de pólos urbanos industrializados nessas áreas"⁴⁸.

No Médio Vale, diferente de outras áreas do estado, não houve o processo de modernização da agricultura. Assim sendo, a indústria torna-se o principal setor produtivo e o indutor da ampliação e criação de novas aglomerações urbanas. Esse processo foi naturalmente acompanhado por uma significativa expansão do setor terciário, que vai modificando sua natureza a partir do estabelecimento de grandes aglomerações como é o caso de São José dos Campos.

A Tabela 5 mostra, no período 1950/70, um aumento significativo da taxa de urbanização e um pequeno afastamento nos índices de urbanização entre o Médio Vale e o total do estado por volta da década de 50, com diferença percentual em torno de 5%, já que a queda da população rural é maior no Médio Vale, voltando a diferença a se aproximar nas décadas de 60 e 70, momento este em que também se amplia o êxodo rural em quase todo o Estado de São Paulo.

A Tabela 6 mostra que onde a industrialização avançou mais, o ritmo de crescimento urbano também foi maior, com exceção apenas para Aparecida (cidade com função religiosa). A população urbana do Município de São José dos Campos no período 1950/60 dobra e mantém-se no mesmo ritmo de crescimento no período seguinte - 1960/70. Assim, seu ritmo de crescimento é de 184% no período 1940/50, de 393% para

⁴⁶ Área mais industrializada do interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo o segundo pólo industrial do estado após a região metropolitana.

⁴⁷ A rodovia é duplicada em 1967 para atender a demanda de tráfego crescente.

⁴⁸ NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista. Coleção Economia Paulista, 1986, p. 93.

1940/60 e de 915% para 1940/70; Jacareí apresenta 129% entre 1940/50, 238% para 1940/60 e 411% entre 1940/70; Taubaté 127% para 1940/50, 233% entre 1940/60 e de 353% para 1940/70; Cruzeiro, de 122% entre 1940/50, 232% de 1940/60 e 365% para 1940/70; e Guaratinguetá, 135% entre 1940/50, 249% de 1940/60 e 356% entre 1940/70. Lorena e Pindamonhangaba apresentam também expressiva mudança. Todas essas cidades estão localizadas ao longo da Rodovia Presidente Dutra.

Nos Mapas 3, 4 e 5 (anexos), verifica-se espacialmente essas mudanças. Em 1950, a Taxa de Urbanização para os municípios que compõem o Médio Vale do Paraíba Paulista era de 57,59%, em 1960 de 70,41% e em 1970 de 80,58%. As mudanças, com pequena variação, atingem de forma equilibrada o conjunto de municípios. Há uma pequena variação em 1960 em Jacareí, que diminuiu um pouco seu ritmo de crescimento, mantendo-se na média, e em Caçapava que, no mesmo período, teve diminuição, se fixando na faixa percentual abaixo da média.

O processo de industrialização/urbanização por que passou até o momento o Vale do Paraíba Paulista alterou de forma significativa sua População Economicamente Ativa⁴⁹, tanto que a PEA primária que já havia se reduzido em torno de 15%, entre 1940 e 1950, se reduz em 25% entre 1950 e 1960. Em 1940, o setor primário correspondia a 62,91% da PEA, o setor secundário a 15,07% e o setor terciário a 22,02%. Em 1950, o setor primário contribuía apenas com 47,98% da PEA, o setor secundário ampliava para 23,45% sua participação e o setor terciário para 28,57%. Já em 1960, o quadro altera-se bastante, quando a PEA primária só contribuiu com 37,10%, a PEA secundária apresentou uma pequena queda de sua participação, ficando em torno de 21,58%, e a PEA terciária aumentou seu valor relativo para 41,32%.

Segundo a Fundação SEADE, apesar de apresentar uma pequena queda no percentual entre 1950 e 1960, o setor secundário passa, a partir de 1940, a acelerar sua geração de empregos. É importante salientar que há um forte contraste entre os municípios que se situam à margem da Via Dutra (Médio Vale) e que apresentam forte crescimento industrial e atividade agrícola em diminuição

e os demais municípios do Vale do Paraíba cujos os dados estamos trabalhando.

À medida que avança em São Paulo a interiorização da industrialização com consequente ampliação do quadro urbano, o setor terciário assume importância fundamental, na medida em que, para dar suporte a esse quadro, desenvolvem-se cada vez mais serviços necessários ao consumo dessas populações.

A desconcentração industrial, em São Paulo, gerou um enorme crescimento econômico em outras áreas, dentre elas o Médio Vale do Paraíba, que impulsionado pelo congestionamento do espaço na Grande São Paulo é privilegiado pela relativa abundância de terras e fácil acessibilidade, através dos grandes investimentos feitos em infra-estrutura, destacando-se o sistema viário e o próprio equipamento urbano nesse momento já presente na região. Assim, como consequência de tal processo, está o acelerado crescimento populacional urbano que dará origem a conurbações (Mapa 7 - anexo), como é o caso do trecho que compreende as cidades de Jacareí, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté e o trecho entre as cidades de Aparecida, Guaratinguetá e Lorena. Esse processo de conurbação reflete, de certa forma, as intensas relações entre as cidades do Médio Vale centralizadas atualmente por São José dos Campos. Há ainda uma intensificação dos deslocamentos de pessoas entre as principais cidades do Médio Vale e outras cidades do Vale do Paraíba, além das do litoral norte do estado, da Mantiqueira, do sul de Minas e da Grande São Paulo, determinada pelo comércio e serviços oferecidos (exceto São Paulo). Há ainda intensas relações interindustriais, ligações telefônicas, frequência de linhas de ônibus, etc.

A ampla política de privilegiamento da expansão rodoviária a partir do Plano de Metas, que impulsionou a expansão industrial ao longo dos principais eixos rodoviários, dentre os quais a Via Dutra, que mais tarde, no período do "milagre econômico", com a aceleração da atividade industrial e concomitante oferta de empregos, faz expandir de forma acelerada o crescimento populacional, vai exigir a oferta de novas habitações e outras melhorias ligadas à infra-estrutura urbana, ampliando-se enormemente o número de habitações patrocinadas pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH -, do Banco Nacional da Habitação

⁴⁹ Comentário baseado em dados apresentados pela Fundação SEADE, para todo o Vale do Paraíba do Sul no Estado de São Paulo no período 1950/60.

- BNH -, além de numerosos loteamentos. "Os problemas urbanos que nos anos 50 se manifestam na figura das poucas favelas da capital se disseminam por toda a rede urbana, na forma de periferias das cidades que nesse processo participaram do crescimento urbano rápido e intenso"⁵⁰. É o caso dos principais centros urbanos do Médio Vale Paulista, que começam a mostrar evidentes sinais de saturação da sua infra-estrutura urbana e com isso todos os problemas daí decorrentes.

A reprodução e ampliação do capital exigem, também, a produção e reprodução de "novos" territórios. A descentralização industrial que se desencadeia em São Paulo toma ritmo próprio e definido no processo de incorporação de "novas" áreas.

A partir da década de 70, a área estudada apresentou um enorme crescimento de sua população urbana, principalmente no que corresponde aos Municípios de Jacareí, São José dos Campos, Igaratá, Santa Branca, Taubaté, Caçapava, Pindamonhangaba e Tremembé.

A taxa de urbanização no período 1970/80 (Mapas 5 e 6 - anexos) para a região composta pelos Municípios de São José dos Campos, Igaratá e Santa Branca atinge valores em torno de 90%, em 1980. Para os municípios da região de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Lorena, Taubaté, Caçapava, Aparecida, Roseira e Tremembé, a taxa supera a casa dos 80%. Dessa maneira, comparando essa situação com a década de 40, período em que se acelera a industrialização e a urbanização, verifica-se que, nesses municípios, esse processo foi maior. Basta citar para tal que, segundo levantamentos da Fundação SEADE, a população que corresponde à sub-região de São José dos Campos, e que abrange também municípios fora da área do Médio Vale, cresceu 12 vezes mais que em 1940, a de Taubaté seis vezes e a de Guaratinguetá três vezes.

Ao se analisar a Tabela 6, os dados vêm confirmar tal situação. A tabela mostra que os municípios com maiores taxas de crescimento entre 1940 e 1980 são os de São José dos Campos (1913%); Pindamonhangaba (725%); Jacareí (714%); Caçapava (599%); Taubaté (570%); Aparecida (550%); e Lorena (527%).

Ainda com relação aos Mapas 5 e 6 (Taxa de Urbanização - 1970 e 1980), observa-se que em 1970 apenas cinco dos 18 municípios se mantinham abaixo da taxa média de urba-

nização (82,58%) - Igaratá, Monteiro Lobato, Santa Branca, Roseira e Lavrinhas. Em 1980, diminuiu o número de municípios com taxa inferior ao da média (91,83%), ficando apenas no patamar abaixo os Municípios de Igaratá, Monteiro Lobato e Lavrinhas, que têm nas atividades agropecuárias o forte de suas economias. Ao comparar-se os dois mapas, verifica-se que a urbanização amplia-se em 1980 para Jacareí e Pindamonhangaba.

Conforme a Tabela 7, em 1970, 90,02% da PEA total do Médio Vale do Paraíba Paulista estavam concentrados nos Municípios de São José dos Campos, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena, Caçapava, Cruzeiro e Guaratinguetá. Em 1980, esse percentual chegava a 92,20%. Outro fato a acrescentar é que o Município de São José dos Campos amplia sua margem de participação em 1980, concentrando cerca de 30,04% em relação à PEA total da área.

Nos municípios onde se concentram indústrias menores ou tradicionais há uma pequena variação ou mesmo decréscimo relativo da PEA total, como é o caso de Cruzeiro, onde os percentuais passam de 6,57% para 5,17%, e Guaratinguetá, de 6,92% para 5,56%.

Com relação à PEA primária, o número de pessoas ocupadas reduziu-se consideravelmente no período, apesar da pequena participação desta sobre o total do Médio Vale em 1970. Entretanto, para alguns municípios ela tinha expressivo significado, pois representava valores consideráveis, como é o caso de Igaratá, 80,30%; Monteiro Lobato, 74,01%; e Lavrinhas, 59,48%. Esse quadro, com o avançar da industrialização e urbanização, altera-se enormemente, bastando-se comparar a situação desses mesmos municípios para 1980. Igaratá, por exemplo, tem seu percentual reduzido para 38,00%. Todos os demais municípios sofrem quedas significativas, seguindo uma tendência de todo Médio Vale.

Ao se tomar, para análise, as colunas referentes à PEA secundária, observa-se um movimento crescente de sua participação: Pindamonhangaba, por exemplo, passa de 26,02% para 43,59%, Piquete de 8,21% para 51,90% e Caçapava de 35,26% para 50,49%. Outro fato importante em relação ao crescimento relativo da PEA secundária é o que se sucede em municípios como Roseira e Tremembé. Esses municípios são limítrofes de

⁵⁰ NEGRI, Barjas, 1986, op. cit., p. 72.

TABELA 7
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA - DO
MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL - SÃO PAULO - 1970 E 1980

MUNICÍPIOS	PEA - 1970						
	TOTAL	Primária	(%)	Secundária	(%)	Terciária	(%)
TOTAL	197 360	29 482	14,94	67 577	34,24	100 301	50,82
Aparecida	7 266	506	6,96	1 971	27,13	4 789	65,91
Caçapava	8 980	1 785	19,88	3 166	35,26	4 029	44,87
Cachoeira Paulista	4 306	997	23,15	1 087	25,24	2 222	51,60
Cruzeiro	12 971	1 204	9,28	4 949	38,15	6 818	52,86
Guaratinguetá	21 453	3 781	17,62	5 186	24,17	12 486	58,20
Igaratá	1 066	856	80,30	84	7,88	126	11,82
Jacareí	20 079	1 786	8,89	9 895	49,28	8 398	41,82
Lavrinhas	923	549	59,48	175	18,96	199	21,56
Lorena	13 648	1 966	14,41	3 184	23,33	8 498	62,27
Monteiro Lobato	858	635	74,01	105	12,24	118	13,75
Pindamonhangaba	13 296	3 997	30,06	3 460	26,02	5 839	43,92
Piquete	3 680	394	10,71	302	8,21	2 984	81,09
Queluz	1 775	570	32,11	293	16,51	912	51,38
Roseira	1 136	522	45,95	176	15,49	438	38,56
Santa Branca	2 385	1 057	44,32	763	31,99	565	23,69
São José dos Campos	47 530	4 119	8,67	21 093	44,38	22 318	46,96
Taubaté	32 937	3 783	11,49	10 802	32,80	18 352	55,72
Tremembé	3 071	975	31,75	886	28,85	1 210	39,40

MUNICÍPIOS	PEA - 1980						
	Total	Primária	(%)	Secundária	(%)	Terciária	(%)
TOTAL	371 509	22 792	6,13	160 333	43,16	180 232	48,51
Aparecida	11 739	348	2,96	3 314	28,23	7 890	67,21
Caçapava	18 379	1 578	8,59	9 280	50,49	7 245	39,42
Cachoeira Paulista	7 125	838	11,76	1 917	26,91	4 155	58,32
Cruzeiro	19 194	889	4,63	8 395	43,74	9 450	49,23
Guaratinguetá	31 049	2 735	8,81	9 281	29,89	18 225	58,70
Igaratá	1 442	548	38,00	367	25,45	522	36,20
Jacareí	41 350	1 484	3,59	21 408	51,77	17 474	42,26
Lavrinhas	1 180	425	36,02	338	28,64	354	30,00
Lorena	20 641	1 566	7,59	7 162	34,70	11 213	54,32
Monteiro Lobato	938	555	59,17	58	6,18	316	33,69
Pindamonhangaba	25 444	2 863	11,25	11 091	43,59	10 979	43,15
Piquete	4 193	253	6,03	2 176	51,90	1 630	38,87
Queluz	2 086	398	19,08	526	25,22	1 120	53,69
Roseira	1 765	417	23,63	540	30,59	776	43,97
Santa Branca	3 848	1 066	27,70	1 546	40,18	1 213	31,52
São José dos Campos	111 612	3 509	3,14	52 558	47,09	53 198	47,66
Taubaté	63 127	2 602	4,12	27 845	44,11	31 481	49,87
Tremembé	6 397	718	11,22	2 531	39,57	2 991	46,76

FONTE - IBGE. Censos Demográficos - 1970 e 1980 - São Paulo.

áreas já bastante industrializadas e urbanizadas, portanto municípios dormitórios. Estas por sua vez apresentam um quadro de horizontalização da industrialização e urbanização, que, como já foi dito antes, submete a área do Médio Vale a um amplo processo de conurbação, situação já presente nas cidades ao longo da Rodovia Presidente Dutra (Mapa 7 - anexo).

No período 1970/80, a PEA ligada ao setor terciário se apresentava superior à do setor secundário, mas com taxas inferiores de crescimento relativo. Em 1970, Aparecida tinha 65,91% da PEA terciária em relação ao total, devido a sua função de cidade-santuário. Piquete apresentava também elevado percentual com 81,09%, mas em 1980 esse percentual cai consideravelmente para 38,87%. Em 1970, o setor atacadista tinha maior peso ainda em Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro, quadro esse modificado em 1980, onde já se destaca São José dos Campos com a implementação entre 1970/80 do comércio atacadista ligado ao setor de máquinas, veículos, produtos farmacêuticos, etc. Nas cidades menores, em que o setor terciário tem expressão, destaca-se o varejo de tecidos, papel, ferragens em geral e produtos alimentares. "A produção industrial diversificada implantada a partir de 1960 tem articulado cada vez mais o setor industrial ao setor terciário"⁵¹.

Notadamente, algumas características de dimensões de aglomerações submetropolitanas aparecem no Médio Vale, especificamente em São José dos Campos, e dizem respeito ao desenvolvimento de serviços mais qualificados como os de hotelaria, *shopping-centers*, lazer, clínicas especializadas, além da maior presença do poder público em serviços como habitação, saneamento, transportes, etc.

CONCLUSÃO

No espaço constituído como Médio Vale do Paraíba do Sul observa-se, pela avaliação do processo de industrialização, através das informações bibliográficas e estatísticas, a existência de um processo econômico que pela Ótica urbano-industrial revela-se, marcada-

mente, pela diferenciação espacial. O que em síntese mostra as distintas configurações, de momentos, da valorização do capital no espaço/tempo.

Cabe lembrar que, além de traçar os limites institucionais do Médio Vale, determinaram-se, simultaneamente, dentro de uma visão geral, passos marcantes da inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, constatada naquele recorte regional.

Desse modo, ressalva-se a importância da ação do Estado, caso da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, que representou a superação de problemáticas decorrentes do processo econômico e político, da época. No entanto, tal realização indicava o sentido da ação governamental. Em decorrência, demonstrativo da expansão do modo capitalista de produção, em um país dependente.

Em momento posterior, constatou-se o movimento de reordenamento territorial, cuja a dinâmica corresponde à expansão de uma metrópole, no caso, São Paulo.

Seu principal centro urbano - São José dos Campos -, com uma favorável situação de circulação regional, e a despeito de uma industrialização anterior débil, é notavelmente o mais importante centro industrial de todo o Médio Vale. Expressão, com certeza, da atual industrialização desenvolvida no País, por sua estrutura e pelo tipo de empresa que prepondera em seu parque industrial, manifestação da natureza da produção industrial que se desenrola na metrópole paulista.

O processo de urbanização que se instala no período 1930/54, no Médio Vale do Paraíba Paulista, amplia-se na medida em que sua participação em relação à produção industrial também avança. Tanto assim que, na fase posterior, 1955/69, a região apresentava um quadro econômico e social já bem distinto do anterior, inserido pois num desenvolvimento, que extravasa seus limites de economia regional, por conta de uma complexidade social dentro de um amplo contexto, tanto a nível nacional como internacional. Desse modo, esta região passou nesses anos por um expressivo reordenamento territorial, ou seja, reestruturando internamente a divisão social e territorial do trabalho, fundada nas novas condições proporcionadas, nesse momento

⁵¹ DAVIDOVICH, Fany, FREDRICH, Olga Maria Buarque de Lima. Urbanização no Brasil. In: *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro, 1988, p. 51.

histórico, pelo avanço da industrialização pesada.

O panorama existente em 1980, no Médio Vale do Paraíba Paulista, industrializado e em amplo processo de urbanização, mais já apresentando sérios problemas ligados à infra-estrutura, é, pois, o resultado das transformações que começaram a se esboçar entre 1930 e 1954 - período de implantação e expansão da estrutura produtiva urbano-industrial -, mas que se afirma na área estudada, a partir de 1956, caracterizado por uma progressiva modernização da estrutura de produção que transformou substancialmente o seu quadro urbano. Desse modo, a aceleração da urbanização, entre 1970 e 1980, tem na industrialização fator primordial na organização e reorganização do seu espaço urbano, simultaneamente pela capacidade de gerar empregos ligados ao setor urbano, mas, principalmente, pela sua ação dinamizadora sobre diversas faces das atividades no campo econômico, social, político, cultural e, até mesmo, ideológico.

As "Políticas Públicas" envolvem aspectos, interesses e repercussões em diferentes níveis. Entender o entrelaçamento das diversas políticas em suas distintas esferas no Médio Vale do Paraíba é de fundamental importância.

Assim como continuidade para possíveis investigações, propõem-se os seguintes pontos:

1 - Como as Políticas Públicas concebidas a nível federal repercutem nas esferas de ação do poder público a nível regional, estadual e municipal e que respostas passam a exigir desses diferentes níveis de poder?

2 - No Médio Vale do Paraíba Fluminense, em face da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - e a conseqüente industrialização na região que compreende os Municípios de Volta Redonda/Barra Mansa e outros próximos, que repercussões se estabeleceram na estrutura produtiva, na expansão urbana e conseqüentemente na organização e reivindicação social desses municípios?

De que forma e que respostas foram dadas a nível das esferas estadual e municipal para problemas como:

- Controle da poluição ambiental;
- Saneamento básico;
- Favelização;
- Transportes;

- Saúde e educação;

- Segurança pública, etc.?

3 - A nível dos poderes municipais, como estes têm respondido às transformações recentes geradas por processos de industrialização/urbanização. Respostas diferentes podem ser dadas pelo dinamismo de determinado prefeito, pela estrutura socioeconômica municipal, suas tradições culturais, etc.? Como se explica o papel de liderança hoje desempenhado pelo Município de Resende dentro do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEEIVAP/RJ?

4 - As Políticas Públicas implantadas na área criaram, reforçaram ou contribuíram para que se estabelecesse um sentido regional a nível das articulações ligadas ao setor empresarial, ao poder constituído das diferentes classes políticas. Além das articulações do movimento social, tais como sindicatos, entidades ambientalistas e outros. Até que ponto o CEEIVAP pode ser visto como fruto de tal indagação? A quem de fato interessa as reivindicações e propostas encaminhadas e articuladas através do CEEIVAP ?

Como exemplo pode-se citar os entendimentos e as propostas que vêm sendo desenvolvidas para a atração de novos investimentos, não somente aqueles ligados apenas diretamente ao setor produtivo, mas também aqueles voltados para formação de mão-de-obra visando à implantação de um mercado de trabalho mais qualificado e portanto havendo reivindicações para o estabelecimento de escolas de formação profissional como SENAI, SENAC, Escolas Técnicas e Universidades.

5 - Com relação às flagrantes diferenças espaciais existentes entre o Médio Vale do Paraíba Paulista e o Médio Vale do Paraíba Fluminense, até que ponto se explicam e como se expressam as distintas capacidades de organização política e administrativa dos respectivos governos estaduais?

6 - Finalmente, falar em Políticas Públicas muitas vezes é falar em investimentos de interesses privados. Daí questionar-se, por exemplo, até que ponto são públicas as transações financeiras que ocorrem no setor estatal?

Essas observações, entre outras, são questões relevantes para análise dos impactos espaciais gerados pelas diferentes Políticas Públicas implantadas no período estudado no Médio Vale do Paraíba do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- A INTERIORIZAÇÃO do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo - 1920 - 1980. São Paulo, Fundação SEADE, v. 1/3, 1988.
- AZIZ, Nacid Ab'Sáber, BERNARDES, Nilo. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia - CNG, 1958.
- BOBIO, Norberto. *Estado. Governo. Sociedade*; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BRASIL: Uma Visão Geográfica dos Anos 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- CANO, Wilson. *Dinâmica de economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação*. Campinas, UNICAMP, 1984. (Mimeo.).
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. *Capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CENSO DEMOGRÁFICO - São Paulo, IBGE. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.
- CENSO INDUSTRIAL - São Paulo e Rio de Janeiro, IBGE. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.
- CLÁUDIO, Antonio Gonçalves Egler et al. *Tecnologia e gestão do território*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.
- COMITÊ EXECUTIVO DE ESTUDOS INTEGRADOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEEIVAP. Diretrizes de Ordenamento de Uso do Solo: Macro Zoneamento. Jun./Jul. 1980.
- COSTA, Wanderley Messias da. O Processo contemporâneo da industrialização, Tese de Mestrado, São Paulo, USP, 1987. (Mimeo.).
- DAVIDOVICH, Fany. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970/80. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 49 (4): 7-24, out./dez. 1987.
- _____. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios, repensando o Brasil pós-60: as mudanças na dinâmica urbano-industrial e suas perspectivas. *Espaço e Debates. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU - v.4, n.13, p.12-29, 1984.*
- DRAIBE, Sonia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/60*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1984. 18. ed.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *O Colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. v. 70 (Coleção Retratos do Brasil). 4. ed.
- JACOB, Paulo. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Grupo dos Editores do Livro Universitário, 1989.
- LESSA, Carlos. *15 Anos de política econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981, 2. ed.
- MAGNAGO, Angélica Alves. *Tamanho do estabelecimento, rendimento e produtividade - O Caso do Vale do Paraíba Paulista*, Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1981.
- MAMIGONIAN, Armem. O processo de industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 50, mar. 1976.
- MELLO, Hildete Pereira de, CONSÍDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização fluminense - 1930/80. *Revista Rio de Janeiro, Niterói, UFF, 1(3): 111-122, mai./ago., 1986.*
- MOISÉS, José Alvaro. Contradições urbanas, estado e movimentos sociais - *Revista de Cultura e Política*.
- MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba* - São Paulo, Rio de Janeiro, IBGE, 1969.
- NEGRI, Barjas. *A interiorização da indústria paulista*. São Paulo, SEADE, 1 (2): 59-144, 1986 (Coleção Economia Paulista).
- _____. Industrialização do Vale do Paraíba. *Geografia das indústrias*, São Paulo, USP, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia de dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 4. ed.

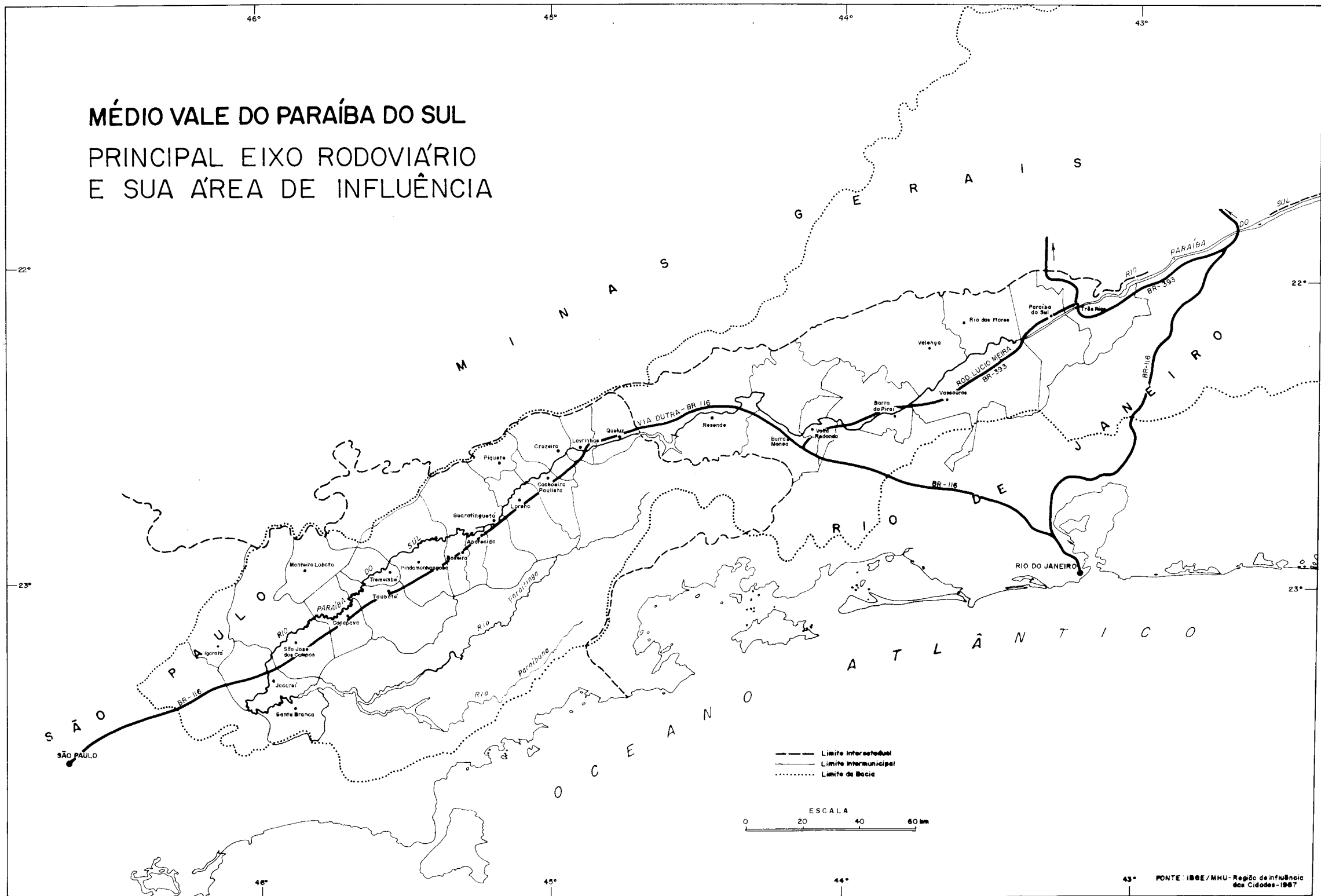
- OLIVEIRA, Tereza Maria Ramos de. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro, 1987, Datilog.
- _____. *Os Caminhos do Nordeste nos planos governamentais - 1950/1985*. Rio de Janeiro, 1988. (datilog.)
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e política econômica. *Economia e Planejamento*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- REGIÕES de influências das cidades. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SEABRA, Manoel, GOLDENSTEIN, Léa. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Fundamentos para o Ensino de Geografia*, Seleção de textos, São Paulo, Secretaria Estadual de Educação - SEE/SP, 1988.
- SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 4, 1981.
- SINGER, Paul. Ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 2, 1965.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo - 1930/1964*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- SMOLKA, Martin Oscar. Estruturação Intra-Urbana e Desenvolvimento Industrial Capitalista. *Cadernos PUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição, ASSIS, José Carlos. O Grande salto para o caos. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

ANEXOS (encartes)

- MAPA 1 - Médio Vale do Paraíba do Sul - Principal eixo Rodoviário e sua área de influência
- MAPA 2 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Taxa de Urbanização - 1940
- MAPA 3 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Taxa de Urbanização - 1950
- MAPA 4 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Taxa de Urbanização - 1960
- MAPA 5 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Taxa de Urbanização - 1970
- MAPA 6 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Taxa de Urbanização - 1980
- MAPA 7 - Médio Vale do Paraíba do Sul - São Paulo - Área de Concentração Urbano/Industrial

MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL

PRINCIPAL EIXO RODOVIÁRIO E SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA

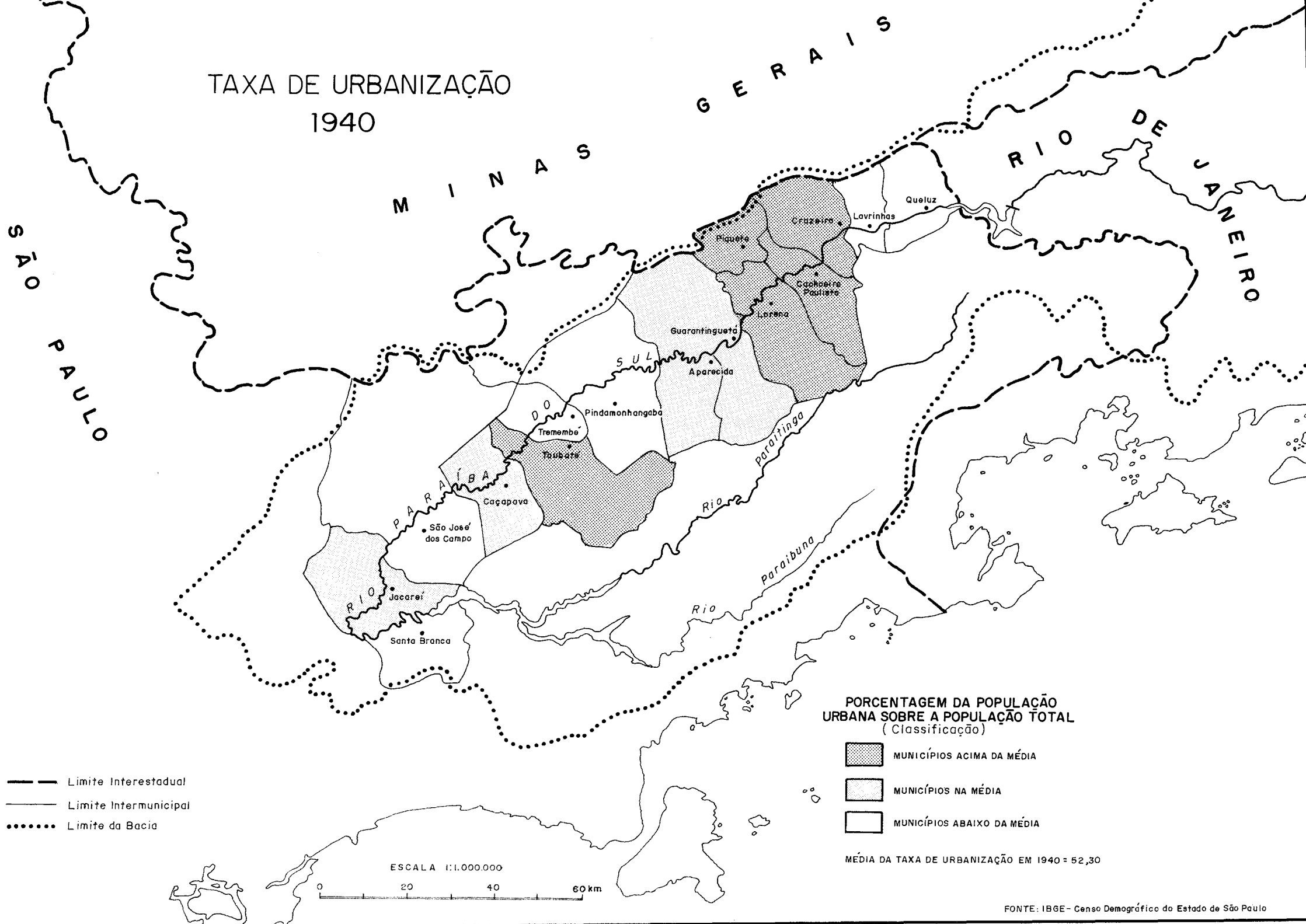


- - - - - Limite intermunicipal
 - - - - - Limite intermunicipal
 Limite da Bacia

ESCALA
 0 20 40 60 km

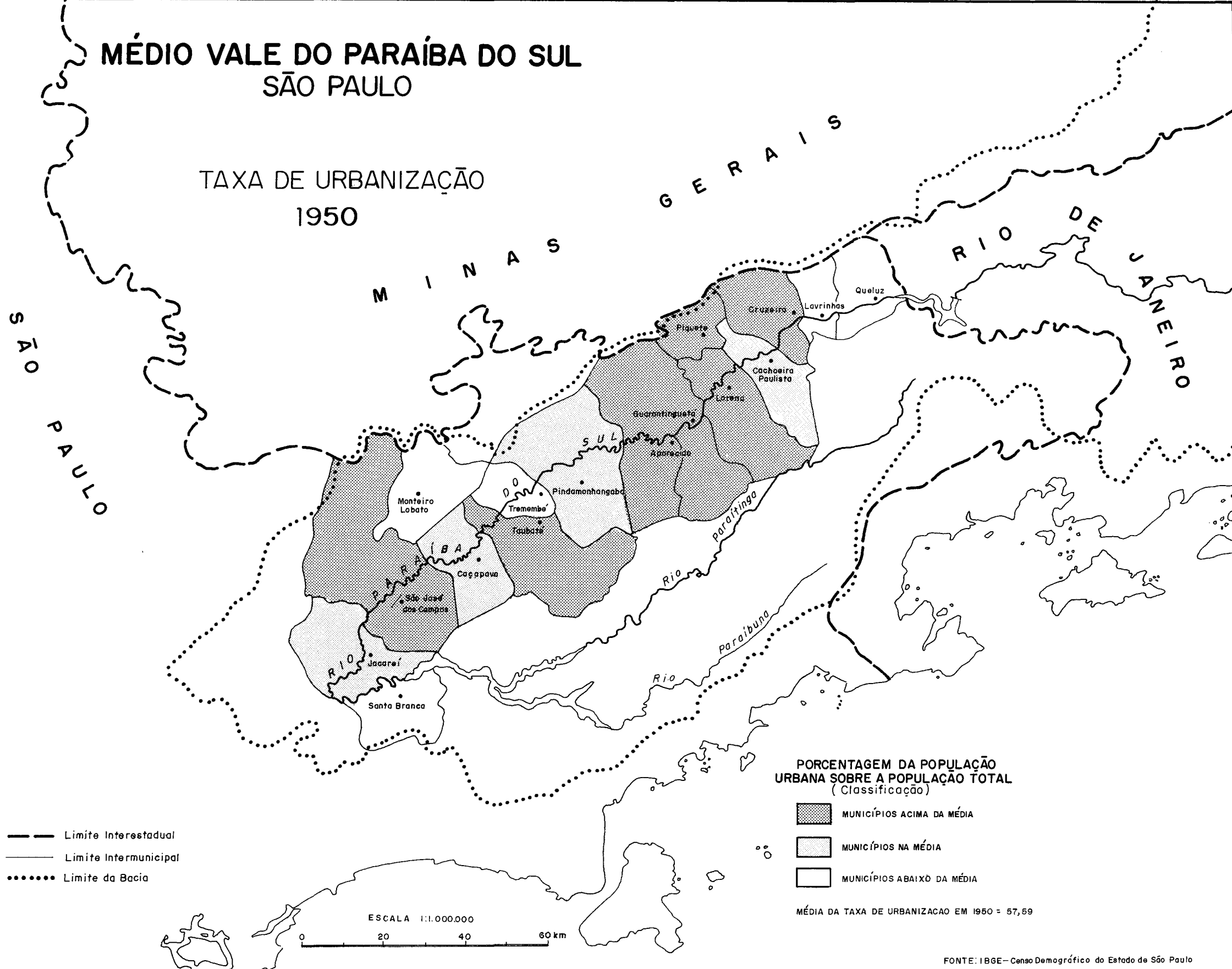
MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

TAXA DE URBANIZAÇÃO 1940



MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

TAXA DE URBANIZAÇÃO 1950



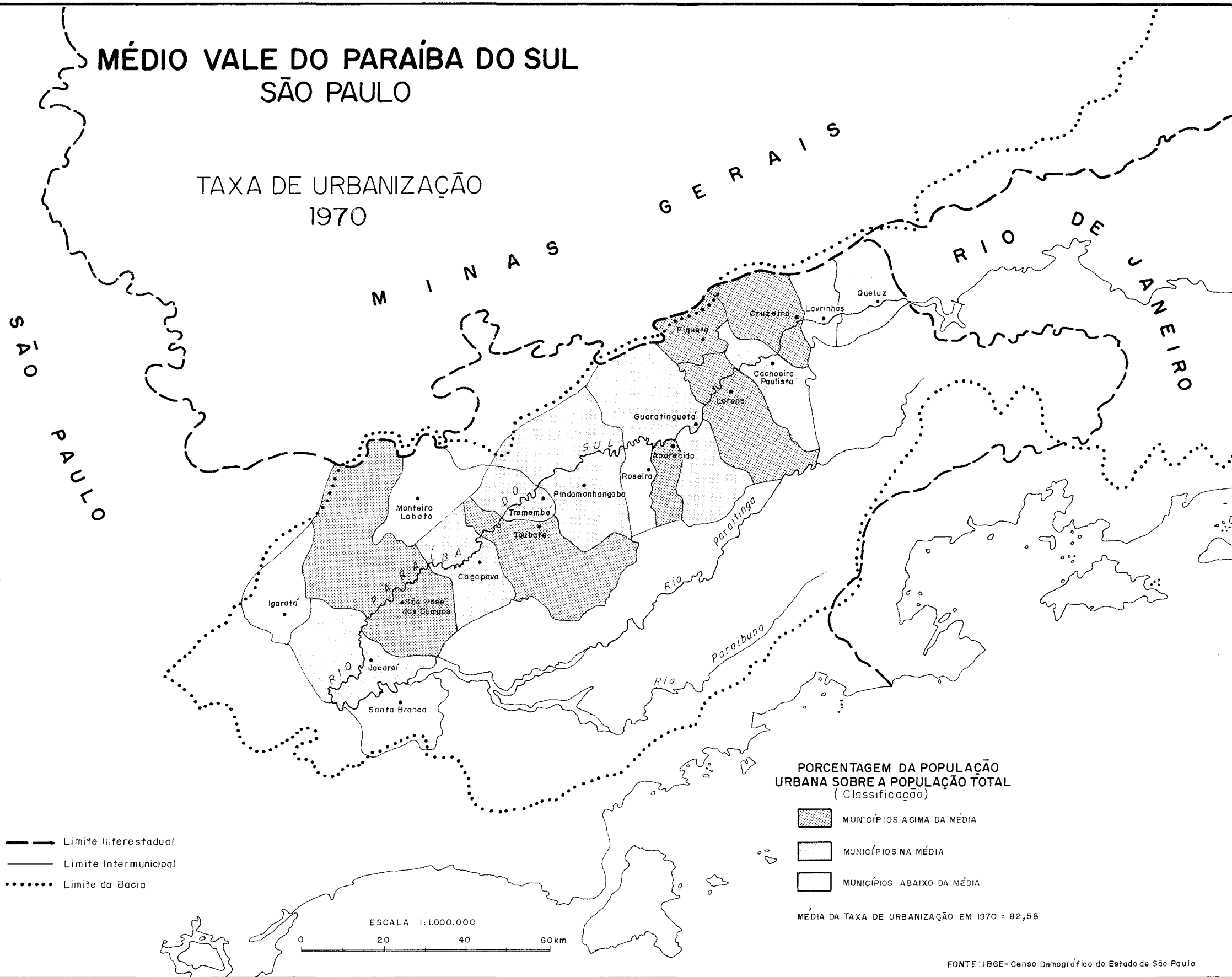
MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

TAXA DE URBANIZAÇÃO 1960






MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

TAXA DE URBANIZAÇÃO
1970



— — — Limite Interestadual
 — — — Limite Intermunicipal
 Limite da Bacia

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO
URBANA SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL
(Classificação)

-  MUNICÍPIOS ACIMA DA MÉDIA
-  MUNICÍPIOS NA MÉDIA
-  MUNICÍPIOS ABAIXO DA MÉDIA

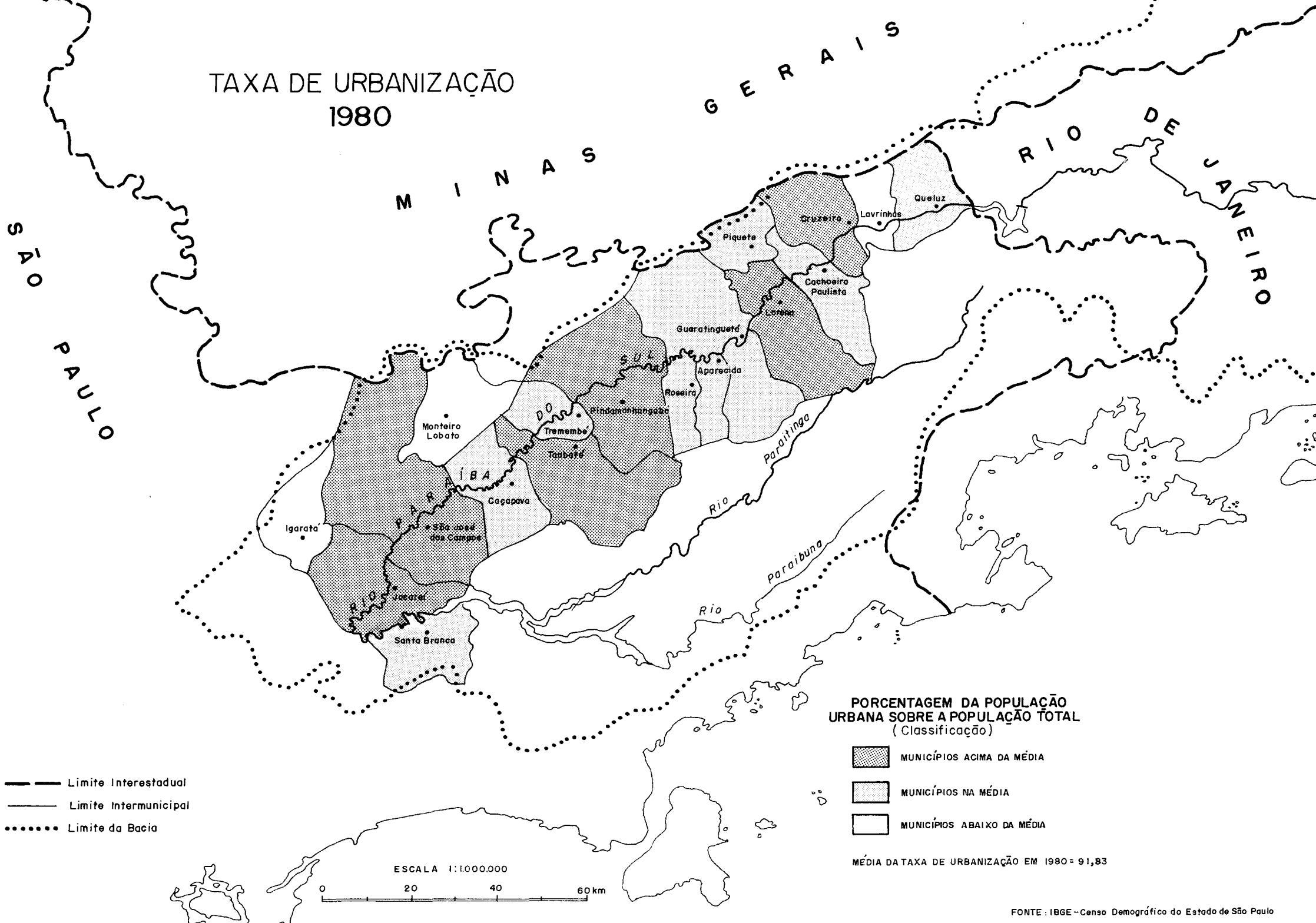
MÉDIA DA TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 1970 = 82,56

ESCALA 1:1.000.000



MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

TAXA DE URBANIZAÇÃO 1980



- - - - Limite Interestadual
 ——— Limite Intermunicipal
 Limite da Bacia

**PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO
URBANA SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL**
 (Classificação)

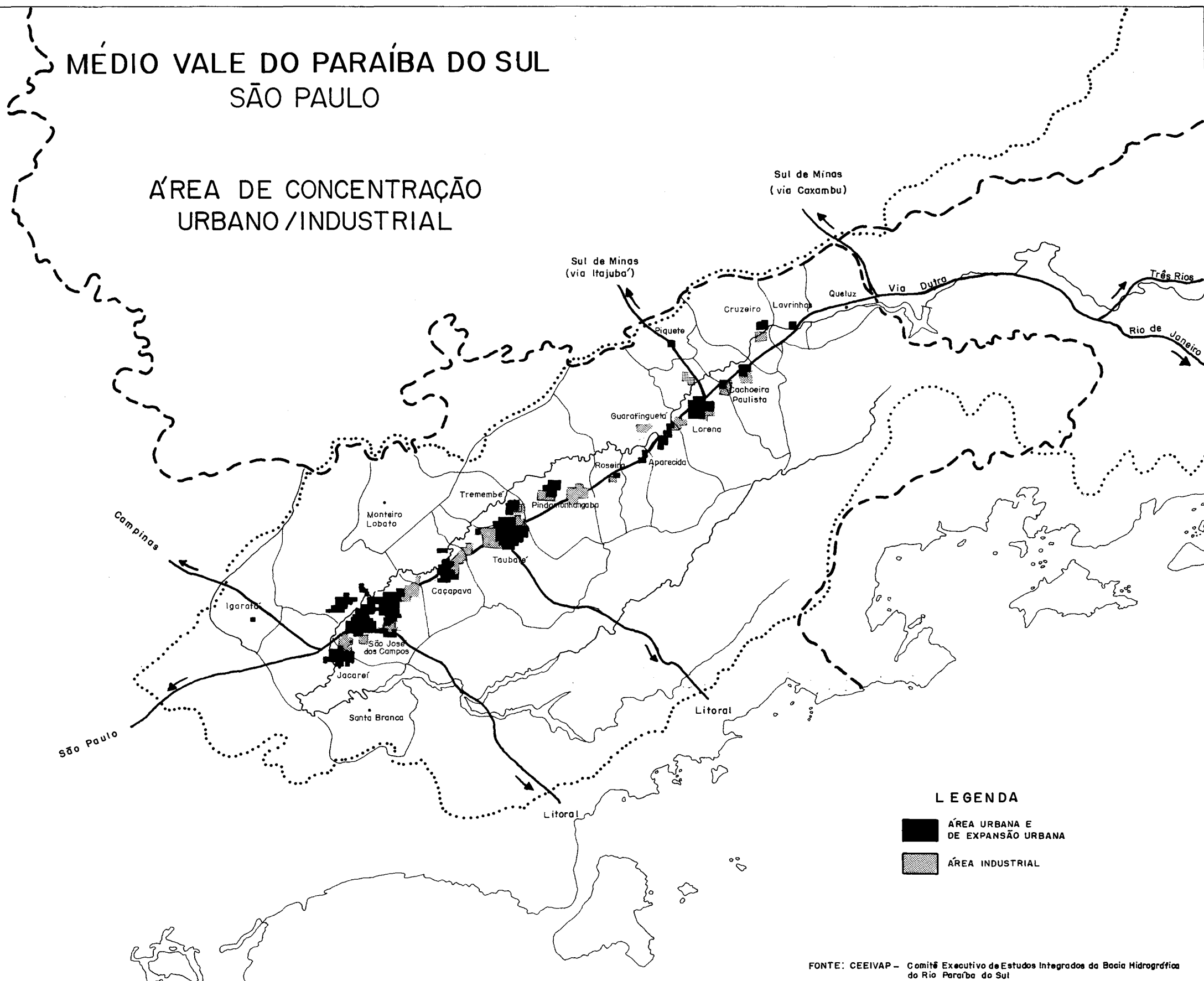
- MUNICÍPIOS ACIMA DA MÉDIA
- MUNICÍPIOS NA MÉDIA
- MUNICÍPIOS ABAIXO DA MÉDIA

MÉDIA DA TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 1980 = 91,83

ESCALA 1:1.000.000
 0 20 40 60 km

MÉDIO VALE DO PARAÍBA DO SUL SÃO PAULO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO URBANO / INDUSTRIAL



FONTE: CEEIVAP - Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul